



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia treze de novembro de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência do vereador Wesley de Jesus Silva. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, Senhor Presidente: “eu gostaria de comunicar aos vereadores que o prefeito, há vários dias, me pediu que ele gostaria de participar da reunião da Câmara para dar os devidos esclarecimentos para os vereadores e para o povo de Nova Lima. Então, eu convido o Prefeito Municipal Vítor Penido para que faça parte aqui da Mesa, o Secretário Diego e o Secretário Danilo participarão com a gente nessa reunião de hoje”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Bom dia a todos os vereadores, público que está aqui nas nossas galerias, público que nos assiste pela TV Banqueta. Cumprimentar o Secretário Municipal de Meio Ambiente, o Danilo, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, o Diego, e o excelentíssimo senhor prefeito municipal, Vítor Penido. Muito bom recebê-los aqui na Casa. Só que é do tema a vinda do Danilo e eu já tinha recebido aqui pelo Meio Ambiente aquelas questões dos questionamentos que eu tinha feito em relação às



autuações de formas irregulares de alguns moradores em processos até mais de cinco anos”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, eu gostaria de fazer o encaminhamento da reunião, depois daria a palavra ao senhor, por favor. Um dos principais motivos que o prefeito está aqui, o Diego, o assunto principal é o problema da Casa Rosal; o prefeito vai dar os esclarecimentos, o secretário. Mas antes, eu gostaria de dizer algumas palavras para o povo de Nova Lima, para o povo que assiste a TV Banqueta, para os funcionários da Câmara, para o povo em geral de Nova Lima. É duro para mim, que tenho vergonha na cara, já disse aqui diversas vezes, imploro, pelo amor de Deus, essa rede social, é mentira em cima de mentira. Eu tenho três filhos, tenho três netos, está vindo a quarta, não sei se é homem ou se é mulher. Então, eu me sinto aborrecido, ficam colocando coisas inverídicas, colocam cartaz, está parecendo cidade de faroeste, todo dia tem um cartaz nas ruas me atacando, atacando o Diego, dizendo as maiores... Só que as pessoas não colocam o nome. Coloca o nome, que nós vamos tomar as devidas providências. Me chateia muito. Tem uma manchete aqui, é uma reportagem da TV Banqueta que deu direito de resposta ao pessoal da Casa Rosal. ‘Casa Rosal. Entidade tem inscrição cancelada para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e prefeitura apura suspeita de irregularidades na prestação de contas. Instituição poderá ser obrigada a devolver cerca de R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos’. Eu tenho alguma culpa nisso? Não tenho. O vereador é eleito para fiscalizar e legislar. E eu sou um fiscalizador, não me interessa o prefeito, não tenho medo, não me interessa quem venha me atacar, não tenho medo, eu ando de cabeça erguida. Eu recebi a denúncia da Casa



Rosal. Eu, como presidente, como vereador há vinte e oito anos, eu tenho obrigação sim de correr atrás das irregularidades em Nova Lima e vou continuar correndo. O dia que eu tiver receio de cumprir as determinações das leis, eu peço demissão no outro dia. Eu fico chateado, mas nós vamos tocando o bonde. Eu não vou demorar porque naturalmente todos os vereadores vão fazer perguntas para o prefeito. Eu vou estipular cinco minutos para dar chance a todos os vereadores de perguntar ao prefeito o que quiserem; o prefeito está aqui para isto, o Diego está aqui para isto, o Secretário Danilo está aqui para isto. Então, vou ser breve. A Câmara é constituída para fiscalizar e legislar. É o que eu faço aqui há vinte e oito anos, sem temor, sem medo, eu não tenho medo porque eu procuro andar corretamente. Sou acusado levemente por bandidos e bandidas de fechar a Casa Rosal. Que dia uma entidade do câncer, qual ser humano tem coragem de pedir o fechamento da Casa Rosal? Primeiro que a Câmara, o vereador, o prefeito não têm poder para isso. Presta atenção nessa aqui: a única coisa que eu me lembro, nesses vinte e oito anos de Câmara Municipal, o que eu requeri para fechar e o prefeito atendendo ao meu pedido fechou, foi a zona boêmia, todas as mulheres doentes, o recinto em que elas ficavam era uma imoralidade. O Vítor fechou, mas deu emprego para aquelas que queriam trabalhar e várias delas aceitaram. Esse fechamento foi pedido meu, primeiro requerimento meu, atendendo a um vizinho da zona, o Capiloto. Eu falei: ‘eu faço e tenho certeza que nós vamos conseguir’. Há vinte anos aqui na Câmara, abro as portas principalmente para os mais humildes. Recebi denúncias gravíssimas contra a Casa Rosal, que há cinco anos não presta contas das verbas públicas. Ingressei na



justiça sim. É obrigação quando nós recebermos denúncias verídicas, correr atrás, instaurar CPI para ver o que está errado, para acabar com essa novela, atacando todo mundo injustamente. Pessoa sem caráter. Eu meto o dedo na cara dele e pergunto: ‘o que você fez por Nova Lima?’. Nada, a não ser ficar fofocando dia e noite em praça pública, porque levaram vantagem e hoje ficam nos atacando. Eu não vou aceitar isso. Ontem o meu filho, dez horas da noite, eu dormindo, me mostrando vídeo: ‘pai, o senhor tem que reagir’. Eu falei: ‘eu vou reagir na hora certa’. Na hora certa é aqui, mostrando para a TV e para o povo de Nova Lima. Nenhum órgão público, nem o prefeito, nem vereadores podem fechar a Casa Rosal, pois ela é uma entidade privada sem fins lucrativos. Que fique bem frisado isso: o prefeito não tem poder, vereador, o papa, o bispo, o padre não têm o poder de fechar a Casa Rosal. Em minha opinião, em Nova Lima tem uma meia dúzia de pessoas que quando morrerem, seus corpos não servirão para fazer sabão. Eu canso de falar isso e vou continuar falando. Está aqui, quem vai decidir é o Ministério Público. Não venha colocar culpa em Câmara, que Câmara vai fechar Casa Rosal. Basta. Ingressei no Ministério Público e volto a dizer: são dezessete pastas de documento, quem vai decidir isso é o Ministério Público. Eu gostaria de propor aos vereadores, naturalmente todos os vereadores vão querer fazer as suas perguntas para o prefeito, eu gostaria de pedir à funcionária para cronometrar cinco minutos, se precisar, depois nós podemos, dependendo do horário, dar mais oportunidade. Primeiramente, Tito, assunto Casa Rosal, depois nós voltaremos com o Secretário Danilo, porque o Vítor tem compromisso em Macacos, tem outros



compromissos, coisas que são agendadas há mais tempo, o prefeito não pode deixar de cumprir a sua agenda. Com a palavra o vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “registrar a presença do Sindicato, da Érica, Presidente, mais as comissões do Sindicato dos Servidores Públicos, registrar a presença do Procurador Jurídico do Executivo, Doutor Antônio, e da Secretaria de Comunicação, Babi”. Senhor Presidente: “só um segundo, antes da fala do senhor, eu gostaria de perguntar ao prefeito se ele realmente está fechando a Casa Rosal. Eu defendo os justos, eu acompanho esse homem há mais de quarenta anos, o Vítor quando vê uma pessoa doente, ele sacrifica. Quantas vezes, de madrugada, de manhã, à noite, eu o procurei para levar problemas para ele de saúde de pessoas humildes, pessoas que não têm condições financeiras nenhuma, nunca negou. Então, eu pediria ao Vítor, na hora apropriada, ele vai falar isso. Então, Coxinha, com a palavra”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “bom dia a todos, bom dia, senhor prefeito mais o seu secretariado, senhores vereadores. A minha palavra é curta, prefeito, nós não temos que criticar nem A, nem B, eu só peço vossa excelência que possa fazer uma reunião com nós vereadores e resolver essa situação dentro da nossa cidade. Se foi coisa passada ou é coisa agora, nós não podemos deixar uma Creche São Judas Tadeu, com muitas crianças, sem a verba, nós não podemos deixar a Casa Rosal sem verba, nós não podemos deixar um NAT’s fechar, nós não podemos deixar o único lugar que nós temos, o Lar dos Idosos fechar, o único hospital que nós temos, que é a Fundação Hospitalar, fechar e várias outras associações e entidades que sempre trabalham com esse dinheiro. Então, eu queria pedir ao senhor prefeito, ao secretário



Diego Garzon que é um excelente secretário da pasta, que nós não podemos caçar briga não, nós temos que tentar, nós dez vereadores mais o Poder Executivo, solucionar os problemas, se foi coisa antiga, se é coisa agora, se não prestou conta, é que nós podemos aproveitar que está o secretário aqui, o procurador jurídico do município, o doutor Antônio. E doutor Antônio, arrumar uma situação para que o município de Nova Lima, com essa arrecadação maravilhosa que tem, esse município que é considerado um dos cinco melhores de Minas Gerais, da grande região, nós não podemos deixar uma instituição igual ao NAT's, uma Casa Rosal, uma creche com mais de seiscentas crianças, falo até pela ONG do Cruzeiro, várias outras entidades que tem em nossa cidade, que são tradição da nossa cidade, doutor Antônio. E se foram erros passados, vamos tentar, juntar nós dez vereadores mais o Poder Executivo e resolver essa situação, doutor Antônio. Nós não podemos deixar Nova Lima, daqui a pouco fechou Casa Rosal, é culpa de quem, é não sei o que. Não, vamos parar com isso, vamos nos juntar, nós dez vereadores mais o Poder Executivo e vamos nos unir para que não fechem outras entidades que são tradição da cidade de Nova Lima. Isso é o que eu peço a nós vereadores, ao Poder Executivo: vamos unir força, vamos unir. Eu falei aqui, no princípio da minha legislatura, é uma vergonha para a cidade de Nova Lima prender uma pessoa aqui e ter que levar para Belo Horizonte, não ter uma delegada de plantão; uma vergonha para Nova Lima não ter um corpo de bombeiro. Então, nós temos que começar a parar de discutir, criticar governo passado, criticar, brigar vereador com vereador, criticar prefeito, Vítor Penido. Não tem que criticar nada não, nós temos é que



unir forças, nós dez vereadores com o Poder Executivo, para que a cidade não perca o que está perdendo. Nós conseguimos um grande mérito: as hemodiálises. O pessoal daqui saía para Belo Horizonte porque não tinha máquina de hemodiálise, hoje nós temos as máquinas de hemodiálise. Está o contrário, é o que eu quero, é que pessoas de cidades de fora, que não têm condições, venham para Nova Lima. Não é Nova Lima com a grandeza e com a riqueza que tem, nós ficamos dependendo de outras cidades. E está acontecendo isso, daqui a pouco o pessoal de tratamento de câncer vai ter que ir em outras casas, daqui a pouco os meninos que precisam das creches vão ter que ir para outra cidade, vai acontecer isso. Então, vamos unir força. Não pode uma casa pegar fogo e o caminhão de bombeiro vir lá de Belo Horizonte, aí já morreu todo mundo. Então, vamos nos unir, Nova Lima precisa de união e nós dez vereadores mais o Executivo, nós fomos eleitos pelo povo para resolver a situação do povo nova-limense, não o povo resolver a nossa situação. Então, é só isso que eu peço de coração mesmo ao prefeito e a nós dez vereadores. Obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “eu gostaria de anunciar, o doutor Antônio e a Babi estão acompanhando o prefeito. Com a palavra o prefeito Vítor Penido”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem, antes de o prefeito falar, por gentileza”. Vereador Tiago Almeida Tito: “porque a gente já não faz as perguntas todas de uma vez? Porque senão ele vai ficar falando um tanto de vez”. Senhor Presidente: “vocês acham melhor?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu acho melhor”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “questão de ordem, Flávio”. Vereador Flávio de Almeida:



“nada contra as pessoas que estão sentadas, muito pelo contrário, por alguns eu tenho uma admiração diferenciada, outros não conheço, mas a vinda deles aqui deveria ter sido passada pelo crivo da Casa, que é um colegiado, mas respeito a decisão do Presidente. E não vou ficar à vontade, vereador Coxinha, de discutir creche comunitária aqui, aí eu vou ter que denunciar o mau uso da TV Banqueta, porque se já está no Tribunal de Contas, então o local não é esse mais não. E quando diz que houve erros do passado, aí não só eu como o pessoal da Casa Rosal deve sentir um constrangimento muito grande. Aí eu queria pedir muito para cada um se precaver nas suas falas porque a sessão de hoje já se inicia contaminada, isso é um Plenário, é um colegiado. Aí eu não quero ser obrigado a denunciar companheiros meus de fala. A Creche Comunitária São Judas Tadeu não pode ser discutida nessa sessão, de forma nenhuma, não só eu como a minha família já fomos maltratados demais. Então, respeito vai ser bom, contenham a fala de vossas excelências porque nessa cadeira aqui não tem bobo não. Então, se acham que vão me fazer engolir o bom direito erradamente, não fazem isso não. Discute a Casa Rosal injustamente porque não tem ninguém da direção da Casa Rosal. Então, a partir de agora, vocês discutem, o Plenário, sabendo que existe uma contaminação no bom direito do Plenário, mas pensem antes de falar. Obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que, na minha opinião, não está contaminada. O Danilo compareceu, solicitação do vereador Tito em Plenário. Quero dizer que a pauta é do Presidente. Vários vereadores sempre estão pedindo a presença do prefeito, então realmente há vários meses vêm pedindo, vêm me solicitando, eu tenho certeza que eu





fiz o certo. Então, atendendo ao pedido do Flávio, eu gostaria que não tocasse no assunto da Creche do Jardim Canadá”. Vereador Flávio de Almeida: “muito obrigado”. Senhor Presidente: “atendendo à sua solicitação. Aliás, essa reunião, o pivô é Casa Rosal. Eu continuo sentado nessa cadeira até trinta e um de dezembro, meia noite, vou criticar sim o passado. Volta e meia, vereador: ‘não, vamos parar’. Eu não vou esquecer. Semana próxima, eu vou lá cobrar no Ministério Público aquela CPI de trinta milhões e vou cobrar com urgência os problemas da Casa Rosal para que o Ministério Público olhe com carinho quem está com razão. Eu vou passar a palavra ao vereador Tito”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “não, palavra para o Tito. Está rodando, você já falou cinco minutos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “cumprimentar aqui o doutor Antônio, o Procurador, pessoa que eu tenho uma grande admiração pela simplicidade que nos atende, sempre com muita disponibilidade. Senhor prefeito, isso virou uma comoção, o senhor até fez um vídeo nas redes sociais. O que a gente falou aqui na semana passada, eu não sei se o senhor teve ciência. Hoje o que a gente vê no país, quebrando as instituições e não punindo os responsáveis. Exemplo: toda questão da lava jato, as empresas, como por exemplo, a Odebrecht, que a gente sabe que tem um inteiro saber, toda uma especialização, não podendo participar de nenhum processo licitatório em decorrência de crimes cometidos por pessoas. O que a gente colocou aqui que seria muito interessante, eu não sei como, hoje nesse meio está falando do acordo de leniência, para que as instituições sejam blindadas e as pessoas punidas. Se houve erro, eu acho que



realmente tem que ser corrigido e as pessoas responsabilizadas. Mas a instituição que é a única do município, nem o poder público presta esse tipo de assistência aos familiares e aos pacientes de oncologia, seria muito interessante que ela conseguisse continuar o funcionamento. Eu já conversei um pouco com o Diego, ele deixou muito claro que existia um plano de trabalho. Eu entendo um pouco disso porque estive também no Villa, a gente sabe que aquilo que é pactuado é aquilo que tem que ser cumprido, parece que houve um descumprimento, pelo menos a gente está ouvindo de uma parte, porque a Babá fala ao contrário, fala que houve o cumprimento. Seria interessante que estivessem todos aqui juntos, com o Conselho também. Estou vendo o pessoal do Conselho aqui, mas para a gente discutir, mediar essa situação para a gente chegar em um denominador comum. Mas seria muito interessante a blindagem da instituição para que os serviços continuassem sendo prestados. Eu estive esse final de semana conversando com um dos integrantes da família Couto, que é o Paulinho, ele até mandou uma mensagem, que a família está se unindo também para corrigir aquilo que foi de forma equivocada e se colocando à disposição também, se for o caso, para parcelar uma devolução de recurso também, se fizer necessário. Eu acho que o mais importante é a instituição ser blindada e a prestação de serviço ser mantida. Eu recebi também do pessoal da Casa Rosal uma certidão, emitida pela própria contabilidade, falando que a entidade prestou contas e, claro, nessa certidão, se vocês quiserem que eu leia aqui, ela fala que as prestações de contas seriam passadas pelo crivo dos controles internos da prefeitura, mas é uma certidão emitida pela própria contabilidade da



prefeitura. Eu só torço para que essa solução seja feita o mais rápido possível. Vamos dar um exemplo, o NAT's, o NAT's fechou, a gente tentou, tentou, tentou. E a gente fica aqui, prefeito, eu entendo a dificuldade do senhor, mas entenda a nossa também, como um muro de lamentações, as pessoas veem aqui como a última solução, os servidores estão aqui de novo já para nos cobrar. Então, é muito complexa a nossa função, não estou eximindo de responsabilidade, nós estamos aqui é para isso, mas eu acho que a gente ir pelo diálogo e tentar fazer um acordo seria o caminho mais correto para que tanto o Executivo, quanto o Legislativo e a sociedade civil saiam ganhando. Só isso que eu queria falar. Muito obrigado". Senhor Presidente: "com a palavra vereador Silvânio Aguiar". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "eu quero cumprimentar todo o público presente, cumprimentar o presidente do meu partido, o Paulo Seabra". Senhor Presidente: "vereador, o Vítor está pedindo para responder". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "Senhor Presidente, eu vou usar os meus cinco minutos". Senhor Presidente: "sim, senhor, calma, calma". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "ah, tá, sim, perfeito". Senhor Presidente: "calma, vereador". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "ok". Senhor Presidente: "eu estou querendo organizar a reunião. O Vítor está fazendo a proposta, ele responder a cada pergunta do vereador, porque ele não é computador. Vocês concordam vereadores? Deixa o Vítor responder primeiro ao Coxinha". Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: "primeiramente eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, a todos os vereadores presentes. E dizer que na última sessão solene que teve aqui, esse assunto já estava sendo discutido pela nossa sociedade e eu, nessa sessão



solene, me coloquei à disposição para poder prestar qualquer tipo de esclarecimento, não somente quanto ao problema da Casa Rosal, mas com qualquer assunto que envolve a administração pública do nosso mandato. Todos sabem que é o sexto mandato meu como prefeito e, graças a Deus, todas as vezes que eu deixo a prefeitura, eu sempre deixei de cabeça erguida, consciência tranquila, não só eu, como também todos aqueles que trabalharam comigo, meus secretários. Os ex-secretários e os atuais são as maiores testemunhas de que o Vítor nunca ordenou, nunca pediu para que fizessem nada de errado nas nossas administrações. Então, eu estou aqui justamente para poder prestar esses esclarecimentos, ouvir. E dizer mais ainda, como o Tito acabou de falar, eu tenho feito reuniões semanais, onde eu sempre tenho convidado os vereadores. E, infelizmente, nessas últimas semanas, tenho tido dificuldade até mesmo de comunicar com alguns vereadores para que, na segunda-feira, façam uma reunião comigo até para discutir os projetos que estão lá. Então, lamentavelmente, ontem mesmo, nós tivemos esse problema, eu queria conversar pelo menos com os vereadores que falam que são da base, para fazer algumas demonstrações e algumas solicitações e nós não conseguimos comunicar porque os telefones às vezes estão ocupados ou até mesmo desligados. Eu trouxe aqui comigo o nosso Procurador, está aqui também o nosso Secretário de Ação de Social, que por sinal tem prestado um grande serviço, onde a sua equipe, não só de assessores e pessoas que trabalham com ele, mas também o Conselho Municipal de Ação Social, que sem dúvida nenhuma é o órgão que não somente da Casa Rosal, mas de todas as entidades que são beneficiadas, que recebem qualquer tipo de doação, por



exigências da própria legislação do Tribunal de Contas, essa obrigação que é do município não passa pelo gabinete, não tem o crivo do prefeito para poder falar se vai atender, se não vai atender, se é para fiscalizar ou se não é para fiscalizar. Então, eles têm a total liberdade para poder, dentro da documentação apresentada, fazer o julgamento e posteriormente comunicar uma decisão. Que acabam essas coisas acontecendo comigo, eu acabo sendo às vezes crucificado por coisas que não aconteceram no meu mandato, praticamente quase todos os pedidos de prestação de contas foram dos governos anteriores, não foram do meu governo, a verdade é essa, não chegou ainda nesses dois anos que eu estou na prefeitura, então acaba que realmente são coisas do passado. E eu sou obrigado a tomar às vezes algumas decisões que as pessoas acham que é o Vítor Penido que está proibindo. Muito bem, Casa Rosal. A Casa Rosal presta um serviço relevante, sem dúvida nenhuma. Agora, segundo o Conselho que tem pessoas aqui, que eu não tenho nenhum contato com eles, tem lá realmente a não aprovação. E, infelizmente, para serem repassados os recursos, recursos, não o fechamento da Casa, não está se exigindo o fechamento da Casa não, não é impedimento não, os recursos da prefeitura, até que se regularize essa situação, a prefeitura está impedida de poder fazer isso. Mais ainda, a Casa Rosal, se fosse olhar o lado político, a pessoa que é responsável pela Casa Rosal foi candidata à vereadora pelo Democratas, é minha amiga de muitos anos, então não haveria motivo nenhum para que eu ou qualquer assessor meu faça qualquer tipo de perseguição. Primeiro que eu não admito perseguição, não existe perseguição na nossa prefeitura, a pessoa pode ser do



lado de qualquer partido, se ele estiver agindo corretamente, é obrigação minha respeitar e simplesmente fazer com que as coisas funcionem, como está acontecendo em Nova Lima. Eu não preciso falar com vocês que nós pegamos uma prefeitura totalmente arrasada, a palavra certa é essa, falida, endividada. E posso dizer para vocês que a cidade de Nova Lima está hoje com todas as suas contas em dia, sem dever ninguém, nada atrasado, até mesmo aquelas contas do passado que estavam até mesmo sem documentação, encaminhamos, solicitamos que essas empresas entrassem na justiça, nós conseguimos comprovar que tinham sido prestados serviços e, através da justiça, fizemos acordos com algumas pessoas, como por exemplo, alugueis de imóveis, essas coisas todas, e estamos pagando. Então, a prefeitura de Nova Lima hoje está em dia com todos os seus compromissos, está em dia com um trabalho exemplar na Educação, onde fornecemos hoje só dezenove mil refeições por dia, onde hoje não falta nada nas escolas, sendo que antes faltava. Há um respeito muito grande sobre as pessoas, eu desafio algum cidadão nova-limense que tenha qualquer dúvida ou crítica ao trabalho que é feito na parte da Educação. Para vocês terem ideia, nós temos hoje disponíveis, porque nós temos prazos para fazer um planejamento, provavelmente está sobrando cem vagas nas creches porque os pais, dentro do prazo, não foram lá para solicitar a inclusão da criança nas creches, para vocês terem uma ideia. Agora, é claro, não adianta chegar no mês de maio, no mês de junho, que já foi feita uma programação durante o ano, a gente pôr essa pessoa de qualquer jeito lá dentro, que tem números limitados, para vocês terem uma ideia. Da mesma forma, na Saúde. Agora mesmo, um cidadão na porta



aqui me cercou a respeito de um problema, me parece que da esposa dele, de uma cirurgia ortopédica, eu sugeri a ele que me esperasse na saída aqui, que eu ia ligar para o Secretário de Saúde para agilizar uma cirurgia, para vocês terem uma ideia. Ontem mesmo, fechamos mais uma vez, já estava fechado, fechamos com o Hospital de Olhos, as cento e sessenta pessoas, não são duzentas mais porque o Lions com certeza conseguiu vinte cirurgias, as cento e sessenta pessoas para fazer as cirurgias de catarata. Então, aquilo que estava represado no passado, mais de dez mil procedimentos, hoje graças a Deus está em dia. Claro que nós sabemos perfeitamente que existem falhas sim, não existe nenhum governo perfeito, mas eu posso afirmar para vocês que o governo meu pode ter falha, mas não pelo caminho da desonestidade ou do desvio. Para vocês terem conhecimento, porque nós conseguimos colocar a cidade em dia, pagava-se uma tonelada de lixo duzentos e sessenta reais, hoje paga-se cento e dezesseis, só para vocês terem uma ideia. Agora, não é uma tonelada, praticamente durante o mês chega perto de três mil toneladas de lixo que são mandadas para Belo Horizonte, então essa que é a verdade. Tinha um número enorme de cargos dentro da prefeitura, hoje tem praticamente um pouquinho mais da metade, então esse é o trabalho nosso. Agora, não é a Casa Rosal, gente, pelo amor de Deus, eu tive uma irmã que faleceu com problema de câncer, eu sei perfeitamente o que é isso, eu tive uma cunhada que por sinal foi servida pela Casa Rosal, que é muito importante falar isso. E mais uma coisa, a Secretaria de Saúde da prefeitura, que hoje é muito bem dirigida, caso a Casa Rosal, que eu não quero transferir mais problema para a prefeitura não, deixar bem claro isso aqui, eu não quero



tirar uma coisa aqui, que alguns voluntários fazem lá, gratuitamente, e passar para prefeitura ter que gastar mais. Caso não tenha condições de regularizar essa situação nesse primeiro momento, eu posso afirmar que não vai faltar nada para essas pessoas. Já falei isso com o José Roberto, Secretário de Saúde, já falei isso com o Diego, o Secretário da Ação Social, cestas básicas, já falei com a parte cultural da prefeitura. Então, essas pessoas não ficarão desamparadas. E a partir do momento que faltar qualquer coisa lá, que procure realmente as minhas secretarias, que elas vão ter prioridade nos seus atendimentos. Então, eu acho que não existe motivo para esse barulho que está acontecendo em Nova Lima, embora tenha motivo de as pessoas reclamarem sim, eu não vou discutir isso não, mas a prefeitura de Nova Lima não tem cor partidária, pessoas que trabalham comigo são pessoas realmente que têm um passado limpo, com certeza, e graças a Deus estamos atendendo. Então, eu quero explicar isso para vocês, essa parte técnica, depois das perguntas todas sobre a Casa Rosal, eu gostaria de passar a palavra, não agora, depois de vocês, embora me coloque à disposição, acredito que outros assuntos eu respondo depois, mas a parte técnica de conhecimento é o Diego que vai prestar esses esclarecimentos, falar o que aconteceu, o que não aconteceu, porque está acontecendo, isso que é importante. Então, mais uma vez, eu quero dizer para vocês, quantas vezes for necessária a minha presença aqui junto com o secretário da pasta que tiverem qualquer dúvida, eu estou à disposição para estar aqui para prestar... Embora a minha vida, eu saio da prefeitura onze horas, onze e meia, dez e meia da noite, eu estou à disposição e é obrigação minha dar satisfação, não é





esperar o Tribunal de Contas fazer uma denúncia lá na frente não, que eu estarei aqui para responder qualquer vereador, que seja da situação, que seja da oposição, eu me coloco à disposição. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “continuando, Senhor Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela atitude de trazer o prefeito aqui e o seu secretariado. Eu penso que é uma oportunidade interessante que a gente tem para esclarecer os fatos, então fica aí o meu respeito à ação da Casa, ainda que eu tenha um questionamento que eu acho que é totalmente pertinente, que a gente teria que receber também aqui a presidente da Casa Rosal, uma vez que a gente vai ouvir um lado dos fatos, ainda que a gente ouça as conversas na rua e tal, mas de fato e de verdade, nós vamos ouvir o governo aqui, talvez numa oportunidade, num momento mais oportuno, o senhor traga a presidente da Casa Rosal aqui”. Senhor Presidente: “com prazer eu convidarei”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu penso ser interessante. Quero cumprimentar a Babi, Secretária de Comunicação, a gente sempre elogia o trabalho da Babi aqui, a comunicação da prefeitura é muito boa em função do seu trabalho. Cumprimentar o Diego, sempre atuante, sempre atende os vereadores, eu acredito que todos os vereadores, sem exceção, são atendidos a qualquer hora. Eu estou acostumado, às vezes, a ligar para o Diego de madrugada, quando morre alguém, e eu tenho o atendimento dele muito bacana. Cumprimentar o Danilo, Secretário de Meio Ambiente, tenho pouco contato com o Danilo, mas o Paulo Seabra sempre me diz muito bem do seu trabalho, estou precisando inclusive falar com você um dia desses. Cumprimentar o Procurador



do Município, o fato de estar aqui eu acho que é um respeito com essa Casa. Por fim, cumprimentar também o prefeito aqui hoje para dar as respostas que a gente precisa para as ações. Uma das primeiras pessoas que manifestou aqui com relação à Casa Rosal foi o Fausto e eu o segui imediatamente porque a gente tinha conhecimento do que estava acontecendo e precisava dessa manifestação, eu acho que o Fausto fez muito bem naquela reunião de levantar essa bola. O meu posicionamento, Secretário de Desenvolvimento Social, não era com relação ao fechamento ou não de Casa Rosal, de maneira nenhuma. Eu penso que o procedimento está corretíssimo, se tem algum erro lá precisa mesmo ser apurado e resolvido. O meu questionamento naquele momento e ainda persiste hoje, ainda que o prefeito diga que se lá fechar, os outros órgãos da prefeitura vão resolver o problema. O problema é que as pessoas precisam da ação agora, então, nesse interim de que lá não fecha e que as secretarias não resolvem o problema, a gente precisa dar solução para as pessoas porque a doença não espera essa solução. Então, o meu primeiro questionamento naquele momento foi com relação a isso, nós precisamos ter uma solução para aquelas pessoas que usam o serviço agora, não é semana que vem, não é mês que vem, é agora que elas estão precisando. E naquele mesmo procedimento ali, a gente fez uma crítica muito dura com relação às outras instituições do município que ficaram, de certa forma, deixadas de lado. O Flávio já pediu para não falar da creche aqui, não vou levar esse assunto à frente. Mas nós recebemos aqui o NAT's, por exemplo, que é extremamente importante para o município. Se o NAT's não prestou conta ou se prestou e não apareceu a conta, eu não



sei, o certo é que as pessoas usuárias daquela prestação de serviço não podem ficar esperando Ministério Público se manifestar, elas não podem ficar esperando a prefeitura resolver o problema entre eles lá, a solução precisa vir de imediato. E aí, mais uma vez, eu quero deixar claro que a gente não está defendendo a bandeira da instituição Casa Rosal ou NAT's ou qualquer outra, o que a gente está defendendo aqui, o que eu fiz naquele momento foi defender a população de Nova Lima, uma cidade que tem um único local para receber pessoas idosas, que mal e porcamente, mas dentro do que eles podem fazer, atende, mas tem muitos outros idosos que precisam daquilo ali e não tem o serviço. A gente leva, senhor prefeito, com uma frequência muito grande, pessoas para outras cidades. Eu tenho, da Boa Vista, uma pessoa que... Meu tempo vai acabar, parei de contar história. Está bom. Muito obrigado, Senhor Presidente, vou respeitar o tempo". Senhor Presidente: "o Vítor vai dar a resposta?". Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: "só um complemento à palavra do Silvânio, quando ele fala a respeito de prazos, a prefeitura é provocada pelos órgãos, como cada Tribunal de Contas, e em cima daquilo que a lei fala, eu não posso passar por cima. Eu não vou citar aqui a entidade, mas eu, no final do meu mandato, eu com essa preocupação, eu autorizei liberar um valor para uma entidade, sendo que hoje, com certeza, eu vou ser responsabilizado, é um valor de cinquenta mil reais. Por quê? Não poderia ser liberado. Então, eu quero dizer para vocês o seguinte: eu não posso passar por cima. Esse prazo aí, chegou à conclusão de que numa prestação de contas deve estar faltando alguma coisa, dá prazo, e em cima disso, a gente é obrigado a agir. Infelizmente não é o Vítor, é



o Conselho Municipal de Ação Social que toma essas decisões em cima de uma legislação. Então, nós não temos condições de falar, por exemplo, foi citado aqui o problema da Casa Rosal, muito bem, eu não estou aqui para poder dar explicação se tivesse alguma dúvida a respeito dessa documentação que não compareceu lá, não está presente. O ponto que chegamos é porque a tudo aquilo foi dado prazo para poder entrar com recursos. É melhor o próprio Diego falar sobre isso. Então, não teve da nossa parte uma decisão de que tem quer ser amanhã não. Prazo é dado sim, agora chegou num ponto que eu não posso fazer nada porque a legislação não permite que eu faça isso, a não ser que eu assuma essa responsabilidade e os valores não são pequenos. Para vocês terem uma ideia, só de subvenções, nesse passado aí, foi alguma coisa em torno de mais de sessenta milhões de reais que foram distribuídos e que, lamentavelmente, não tem prestação de contas”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, por hoje não reconhecer o Plenário como soberano e não reconhecer o Colegiado, que não passou pelo crivo do Colegiado, pelo mal uso da TV Banqueta nesta manhã, dizer para o senhor que eu não tenho perguntas para fazer e qualquer outra coisa com referência à instituição que eu e a minha família fundamos, nós vamos resolver sim, mas na justiça. E nós não dependemos de Executivo hoje não. É só pedindo para vocês respeitarem aquela instituição, que ela atende seiscentas e oitenta crianças, que enquanto muitos não fizeram com as próprias mãos, nós fizemos. Então, eu não quero tornar essa reunião uma reunião de embate e que pode terminar numa situação ruim. Então, eu vou respeitar



cada um dos senhores, não tenho pergunta nenhuma para fazer, por não sentir representado. E o meu tempo, se o vereador Silvânio quiser usar e o Presidente permitir”. Senhor Presidente: “não vou permitir não. Com a palavra o vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “bom dia. Quero pedir ao Presidente, aos senhores vereadores, queria agradecer a presença do prefeito, dos secretários. Sejam bem-vindos, prefeito e secretários. Apareçam mais aqui para relatar para nós os problemas do nosso município. Só isso que eu tenho a falar, Presidente. Meu muito obrigado”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador doutor Fausto Niquini”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “senhor prefeito municipal, demais autoridades, meu bom dia. Prefeito, já fiquei feliz porque eu ia exatamente solicitar ao senhor que, caso venha fechar a Casa Rosal, a prefeitura pudesse dar assistência aos trezentos e oitenta e cinco pacientes que são assistidos, pacientes portadores de câncer para fazer quimioterapia e radioterapia. Vou usar o termo que o senhor usou: barulho, porque esse barulho na cidade? É exatamente em torno disso, a gente sabe que quando o paciente tem o diagnóstico de câncer, ele vai ao fundo do poço. Então, são familiares de no mínimo trezentos e oitenta e cinco pacientes que estão preocupadíssimos. Amanhã esses pacientes poderão não ter essa assistência. Então, já que o senhor dispôs que a prefeitura fará essa assistência, eu fico muito feliz. Eu gostaria de fazer ao senhor uma pergunta, nada contra o Villa Nova, o esporte para mim é vida, é saúde, só gostaria de fazer para o senhor uma pergunta, o seguinte: nós sabemos, várias vezes já foi debatido nessa Casa que o Villa Nova não apresenta todas certidões negativas e, mesmo assim, recebe subvenção da prefeitura,



inclusive para futebol profissional, e a gente sabe que não é todo ele aplicado nas categorias de base. Então, porque a Casa Rosal não poderia também receber essa subvenção, uma vez que nós estamos falando de saúde, de doença? E aproveitar o momento para pedir para o senhor pelo Lar dos Idosos, por mais de uma vez eu já pedi aqui uma ambulância simples, não precisa de oxigênio, nem nada, apenas que tenha uma maca, onde o paciente acamado do Lar dos Idosos possa ser deitado. E hoje lá nós temos três pacientes que fazem radioterapia em BH e vão em carro de passeio. E a gente sabe da dificuldade, o paciente quando é acamado já tem alguma atrofia. Então, que o senhor disponibilize uma ambulância por mais simples que seja para aqueles pacientes necessitados do Lar dos idosos. Muito obrigado”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “todos sabem que qualquer tipo de doação, qualquer dinheiro que sai da prefeitura tem que ter prestação de contas, para poder liberar um recurso, tem que ter realmente um plano de trabalho. E o recurso que eu liberei no ano passado, aquele plano de trabalho já foi apresentado e foi aprovado pela Secretaria de Esportes. Desse ano agora, a apresentação é justamente no princípio do próximo ano, sem dúvida nenhuma. Nós estamos aqui falando de Casa Rosal, não é desse ano, é dos anos anteriores. Pode ter certeza, se houver qualquer dúvida, eu tenho que tomar as providências, desde que chegue ao meu conhecimento. Então, quanto a isso, eu tenho o maior cuidado porque senão amanhã, com certeza, o Tribunal de Contas vai responsabilizar alguém e esse alguém é o Vítor Penido, é o prefeito da cidade, e ainda mais que os valores são maiores. Agora, quando você fala o Villa Nova também, é bom esclarecer que



infelizmente até o Villa Nova foi liquidado, a sede do clube foi vendida, a quadra de esportes eu fui obrigado, para poder levar para ali, tanto a Secretaria de Esportes, como de Ação Social, eu fui obrigado a entrar em um leilão porque já havia um projeto de alguém para arrematar aquilo por um preço de banana para fazer ali um prédio ou uma área comercial, com apartamento, essas coisas todas. Então, lamentavelmente, o que nós pegamos foi uma Nova Lima arrasada, só de ações trabalhistas hoje nós temos alguma coisa em torno de cem milhões de reais, onde eu estou negociando, parcelando e dando como garantia o fundo de participação de municípios, sendo que esses cem milhões, oitenta por cento deles vão ser pagos na nossa administração; essa que é a verdade. Então, quanto ao Villa Nova, você pode ter certeza disso. Já o problema do atendimento da Casa Rosal, dos pacientes, nós não estamos fechando a Casa Rosal não, é outra história, porque ela não vive somente com o dinheiro da prefeitura, nós estamos realmente rejeitando contas que não foram cumpridas, plano de trabalho que foi proposto por eles, não por nós, a verdade é essa. Agora, se a Casa Rosal falar que vai fechar hoje, pode ter certeza e eu peço a vocês todos os vereadores, independente de lado, que encaminhe essas pessoas que estão sendo levadas para Belo Horizonte, para quimioterapia ou radioterapia, que eu posso afirmar que amanhã ou depois de amanhã, eu resolvo o problema, isso é prioridade do meu governo. Da mesma forma que eu resolvi a maior parte dos problemas dos doentes de Nova Lima, hoje não tem ninguém em Nova Lima que possa falar que os exames quatro, cinco, seis meses; os exames de sangue praticamente são feitos ou no dia seguinte ou na semana. Da mesma forma que



eu falo de medicamentos. Aí alguém fala comigo assim, mas como é que você está fazendo isso, se a receita de Nova Lima no ano passado foram quase quarenta milhões a menos do que no ano anterior, nós arrecadamos quinhentos e três milhões, que é um valor altíssimo. No ano anterior, no último período do governo passado, foram quinhentos e quarenta e cinco mil reais. Foi aquilo que eu acabei de colocar para vocês aqui, tonelada de lixo que custava duzentos e sessenta, hoje paga cento e quinze ou cento e dezesseis reais, medicamento que se pagava um absurdo e a maioria da população de Nova Lima não recebia o medicamento, essa que é a grande verdade, nós praticamente conseguimos com um desconto estúpido da tabela que eles pagavam antes, a tabela que chegou até cinquenta por cento de desconto e antes não tinham esses descontos, então essa que é a verdade. Então, amanhã, se a Casa Rosal declarar que ela não tem mais condições, que eu não quero que aconteça isso, eu torço para que não aconteça isso. Basta dizer, ainda como deputado, eu liberei uma ambulância para a Casa Rosal. Então, que vocês tomem conhecimento. Então, vocês todos que estão aqui, independentemente de lado, façam um favor, se falar que vai fechar amanhã, não por culpa nossa, nós não somos responsáveis por isso não, encaminhe essas pessoas, que no dia seguinte, vai ter condução, vai ter cesta básica, vai ter lanche e também na parte cultural, social, onde vou poder atender isso. Então, eu acho que é isso aí”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “o transporte deles, não é? Só passar uma informação para o senhor aqui, para o senhor ficar mais feliz, que das cento e sessenta cirurgias, nós conseguimos agora, sexta-feira, serão realizadas trinta cirurgias. Inclusive o vereador





Kim, o vereador Álvaro, o vereador Coxinha, o vereador Tiago, o vereador Boi, o vereador Silvânio e o vereador Flávio, quando eu fiquei sabendo, através do Diego Andrade, me ligou oferecendo as trinta cirurgias, imediatamente eu perguntei a cada um dos colegas aqui se eles sabiam de alguém porque eu só tinha dezoito, aí eu perguntei para eles para completar as trinta, então nós completamos as trinta. E até agradecer ao transporte da prefeitura que foi doado. Na sexta-feira então, serão mais trinta pacientes carentes operados. Muito obrigado”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “parabéns. E são menos quarenta da nossa relação, se as cento e sessenta estavam, com certeza, são só cento e quarenta. Parabéns, que você continue fazendo isso”. Senhor Presidente: “com relação ao Villa Nova, eu procurei o presidente eleito do Villa Nova e ele me relatou que as contas do Villa foram acertadas, que tem toda documentação. Há uns vinte dias atrás, foi dito aqui sobre as contas do Villa Nova também. Então, eu procurei, é uma pessoa muito capacitada o presidente do Villa, uma pessoa direita. A informação que eu tenho é que está ok, que eu fiquei preocupado porque se não pode para uma entidade em Nova Lima, para o Villa também não pode. Eu sou o maior villanovense que tem, pode ter alguém que equipare comigo, mas mais não tem não. Então, a gente está lutando, eu quero igualdade de condições, o Villa Nova também terá que apresentar na prefeitura a documentação. Ele prometeu isso, falou que está ok. Com a palavra o vereador Kim”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “só para encerrar, o senhor esqueceu da ambulância do Lar dos Idosos”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “isso           aí realmente esse ano eu confesso que nós não temos, o orçamento meu está



totalmente estourado, mas vou olhar tanto com o Zé Roberto, como na parte de administração, das ambulâncias que nós temos, ver se conseguimos liberar, desde de que realmente haja uma solicitação, porque eu já procurei informar sobre o número exato de pessoas, até mesmo preocupado com essa não atenção ou não atendimento e, às vezes, o número não chega à gente, mas seria bom esse levantamento, eu vou já conversar com o Zé Roberto e, com certeza, essas pessoas vou procurar dar o maior conforto possível, principalmente ao fazer uma quimioterapia, que parece que é uma vez por semana ou duas, não sei, não estou por dentro disso, isso é obrigação de a gente fazer”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Kim do Gás”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “bom dia a todos, cumprimento os meus pares, o prefeito Vítor Penido que está aqui na Câmara hoje, os secretários competentes, todos que eu procuro, sou bem atendido. Tenho certeza, Vítor, muitas pessoas falaram Casa Rosal, que alguns vereadores como o meu amigo Zé Guedes, a gente conhece o coração de Zé Guedes, luta muito pelo povo de Nova Lima, sabemos que Zé Guedes não é contra ninguém; sim, ele é contra as coisas erradas que aconteceram”. Senhor Presidente: “obrigado”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “então, Vítor, eu tenho certeza que você vai dar um jeito, mesmo que você não passar o repasse, você vai cuidar das pessoas que precisam do senhor, que precisam da Câmara. Vários vereadores, eu sei, de vez em quando, pegam o carro particular e levam a Belo Horizonte, fazer alguns cirurgias, levam para fazer quimioterapia, que hoje, graças a Deus, nós temos hoje trinta máquinas de hemodiálise. Agradecer aos seis vereadores que votaram na reforma, que a reforma foi



uma das coisas que tinha que ter acontecido em Nova Lima. E agradecer muito também ao meu amigo Fausto. Olha para você ver o que é vereador amigo, ele tinha trinta cirurgias e passou duas para cada um, pessoas que eu nem conhecia que precisavam me procuraram, eu falei: 'procura o Dr. Fausto'. E falar, várias vezes eu já procurei o senhor, o senhor preocupa muito sim com as pessoas mais humildes, com as pessoas carentes, que várias vezes o senhor conseguiu até cirurgias caríssimas, de setenta, oitenta mil, que você conseguiu de graça. Eu confio muito no senhor, você sabe que eu sou base, eu confio muito no senhor. E com certeza, Casa Rosal, com as outras entidades, vai ser resolvido, que o povo de Nova Lima não tem culpa se teve coisa errada, se teve coisa errada o povo de Nova Lima não tem culpa. Sim, nós temos que cuidar com carinho daquelas pessoas que precisam do apoio dos vereadores. Parabenizar você também, Flávio, pela sua creche lá, que a gente sabe a luta do senhor, é muita luta que eu sei, que eu também tenho mais de sessenta crianças que eu cuido, não é fácil não, todo dia a gente tem gasto, mas Deus vai nos abençoando, esse salário que nós ganhamos aqui, a gente não o põe só no bolso não, a gente gasta com a comunidade. Nós sabemos que não é obrigação do vereador comprar remédio não, mas todos nós compramos porque tem famílias que não têm condições, tem famílias que passam fome nessa nossa cidade. E, graças a Deus, chegou um projeto na prefeitura, através dos vereadores, Vítor ali. Eu vou falar a verdade, só tenho que falar bem do senhor, todos os bairros de Nova Lima estão tendo obras. No meu bairro, eu só tenho que agradecer ao senhor. Agradecer de coração mesmo ao Secretário Jorginho, todos



que eu procuro com problema, resolvem. Então, não vou nem fazer pergunta ao senhor, que quase todo dia, eu vou ao gabinete do senhor. Eu tenho certeza, o senhor vai resolver essa situação pela cidade de Nova Lima. Obrigado, meu Presidente”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “aproveitando aqui, Fausto, como você falou a respeito das trinta cirurgias, estou me lembrando de uma coisa aqui, as cento e sessenta que não deve ser cento e sessenta mais, nós estamos obedecendo, criteriosamente, aquelas pessoas que se inscreveram e foram comprovadas as cirurgias de seis anos atrás, de cinco anos atrás, de quatro anos atrás, é por isso que não há distribuição. Então, eu estou obedecendo, não tem nenhuma indicação, nem do prefeito, de eu estar pedindo para alguém. Então, o José Roberto tem uma relação de seis, sete, oito anos. E até peço a você, que as próximas que o nosso amigo, o Deputado Diego Andrade, conseguir, que peça para seguir aquela lista de seis, sete, oito anos atrás. Não foi feita nenhuma cirurgia até hoje. E ontem eu conversava com o José, ele falou: ‘Vítor, eu já mandei quarenta da lista’. Da lista que nós estamos mandando, essa que é a verdade. Então, eu quero dizer para vocês a forma que eu trabalho, somente isso. Agradecer também as palavras do vereador Kim. E chamar atenção para uma coisa muito importante, o Dr. Antônio está do meu lado aqui, ele passou que...”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “só para não perder a linha, porque é o seguinte, por mais de dez vezes, eu solicitei essa lista”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu também”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “essa fila de espera. Inclusive há uma lei de minha autoria, que todas as cirurgias, exames, consultas fossem disponibilizados nas redes sociais, internet. E até hoje, isso já tem



mais de dois, três anos. Pedi à presidente do Conselho Municipal de Saúde, nem ela conseguiu essa lista, não sei por que está guardada a sete chaves. Mas, através do Lions, seis pacientes desses, a Juliana conseguiu para a gente. Eu falei: ‘não é possível’. A gente sabe que tem paciente esperando há mais de dois anos lá, o paciente estava cego, esperando há mais de dois anos. Então, dessas trinta, vinte e nove poderiam ter sido dessa fila de espera, mas, infelizmente, tamanha a dificuldade de me repassar, de informar esses pacientes que estão aguardando pelo SUS. Essa é a verdade”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte um instantinho? É só para não sair desse tema, é um segundo. Senhor prefeito, eu mandei, está aqui no whatsapp, eu te mostro, a equipe do Diego me ligou em relação a isso, pedindo não para ele me mandar a lista, para ele encaminhar dez pacientes daqui, os mais prioritários, que estavam na frente e não foi passado”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “respondendo ao Fausto, esse pedido, você mesmo falou agora, tem dois anos que nós estamos na prefeitura, você falou dois, três anos. Eu tenho a impressão de que esse pedido chegou antes de eu entrar na prefeitura, porque não chegou ao meu gabinete, eu não tenho conhecimento disso. Como da mesma forma que teve um questionamento recentemente aqui de prestações de contas, aquilo para mim foi surpresa, que eu sabia, eu sei, pela quantidade de vezes que eu estive aqui como prefeito em Nova Lima, que o município tem que mandar as contas, embora vocês recebam os balancetes, mas de três em três meses. Na mesma hora eu chamei o secretário da fazenda e perguntei, ele não sabia, em razão de ele ser primário nesse trabalho, ele não sabia. E eu mandei providenciar. Então,



essa lista que você solicitou, eu tenho impressão, não posso afirmar cem por cento, vou pedir para dar uma olhada lá, mas como você mesmo acabou de falar dois, três anos, há três anos eu não estava na prefeitura”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “o senhor entendeu mal, só esse ano mais de dez vezes eu fiz essa solicitação”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “eu vou verificar e saber porque não aconteceu. Se tiver comprovado lá, eu vou responder para vocês, que é obrigação minha, só isso, mais nada. É para isso que é importante até mesmo a participação de reuniões em meu gabinete ou eu vir aqui para dar satisfação e vocês me cobrarem essas coisas, porque tem muita coisa que acontece e eu não fico sabendo. Eu tenho certeza se tivesse outra reunião aqui, se eu tivesse sido convidado por solicitações suas, eu traria aqui o meu secretário de saúde, onde ele iria responder para vocês, porque a Secretaria de Saúde tem somente mil e duzentos ou mil e quatrocentos funcionários. Como a educação tem praticamente dois mil funcionários e a gente acaba não tendo conhecimento, às vezes, de muita coisa que acontece. Então, qualquer dúvida, qualquer questionamento, eu me coloco à disposição de estar aqui para responder, como isso aí. Vou mandar apurar, meus secretários estão aqui e vão fazer esse levantamento”. Senhor Presidente: “um minuto. Eu quero dizer para aquelas pessoas desonestas em Nova Lima que usam a rede social o tempo todo, denegrindo, que jamais, em tempo algum, eu pedi para fechar instituições em Nova Lima. Eu sou de uma família de operários da Morro Velho, de doze irmãos. O saudoso Sebastião Fabiano tinha que dar remédio para a minha família o tempo todo. Pedir ao prefeito Vítor Penido, a prefeitura hoje tem condições financeiras boas, que todas as



demandas, não só da Casa Rosal, de todas as entidades sérias de Nova Lima, que o senhor libere, como o senhor disse, libere, que aí tampa a boca desses covardes. Diego, você, sem dúvida nenhuma, eu conheço a sua família, você é uma pessoa honesta. A gente fica doente. Eu sei que o Diego está doente. É raiva todo dia, a raiva mata o ser humano aos poucos. Eu sofro raiva constantemente, mas eu sou sangue ruim, eu comi vergalho de boi, fato, fato é dobradinha, cabeça de boi. Eu sou forte, graças a Deus. Eu tenho os meus problemas de saúde, vou tomando os meus remédios, mas eu vou enfrentar de frente esses covardes, pessoas que não têm onde cair, desonestos, não têm honestidade. Para com isso. Todas as vezes que me atacarem, eu vou me defender. Pedir ao Vítor, não só a Casa Rosal, nós temos problemas, São Vicente de Paulo que é uma entidade séria. Eu homenageei o Leci semana passada aqui, uma pessoa bondosa, maravilhosa. Ele contou a história dele aqui. O São Vicente de Paulo ajuda o município o tempo todo, há anos e anos. Então, tem entidades sérias? Tem. Então, nós temos que abraçar os nossos irmãos. Só isso que eu queria, Vítor, que você abraçasse também todas as entidades. É isso que o Zé Guedes faz o tempo todo. Então, ficam umas pessoas misturando partidos. Tem que deixar eles de lado. Então, Vítor, eu não vou alongar porque a gente tem muita coisa para falar. A palavra está com o Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente da Câmara, meus nobres colegas, público presente e excelentíssimo prefeito municipal, em seu nome, cumprimento os secretários que o acompanham. Prefeito, eu vou fazer um apanhado da fala de Vossa Excelência. Quando o senhor diz que está à disposição, independente de lado, e eu



acredito que o meu lado sempre foi o mesmo, acho que o senhor quis dizer situação ou oposição, mas o senhor diz que sempre está à disposição para esclarecer quaisquer fatos que por ventura possam surgir aqui de dúvidas, sejam dos vereadores ou da população de um modo geral. Prefeito, eu já solicitei por diversas vezes, através de requerimento nesta Casa que foi aprovado, tenho certeza que chegou ao conhecimento do senhor, para que o senhor viesse prestar contas à Casa. E simplesmente eu não tenho resposta. E outros vereadores dos requerimentos que encaminharam também não têm resposta. Falta respeito do Executivo para com esta Casa. E quem vos fala é um vereador que espera nada mais, nada menos do que resposta, do que respeito. Da mesma forma que eu respeito o senhor, eu espero o mesmo tratamento de Vossa Excelência. Estou falando de forma respeitosa, civilizada e espero reciprocidade quando da resposta do senhor. A prefeitura divulgou um jornal, por sinal muito bem feito, não é à toa que tem à frente da pasta a Babi, já conheço de longa data, e é um dos quadros bons do governo do senhor, onde o título é: 'Seriedade e transparência'. O segundo o projeto de lei que eu apresentei na Casa ano passado, aqui na Câmara, foi a criação do Diário Eletrônico do Município, e a Casa cumpriu com o papel dela aprovando por unanimidade. O que quer dizer o Diário Eletrônico do Município? O Executivo tem que divulgar, diariamente, todos os seus atos administrativos para que a população, não só os vereadores, mas para que todo mundo tenha acesso às atividades do Executivo. O senhor sancionou essa lei, mas infelizmente ainda não cumpriu. Eu me lembro que o senhor tinha até pedido um prazo e esse prazo já estourou. Eu peço então, prefeito, que o senhor execute essa lei, que o





senhor faça cumprir com essa determinação sancionada, repito, pelo senhor e que a cidade de Nova Lima tenha um diário onde todos os dias as pessoas possam ter conhecimento de todos os atos praticados na administração pública. Eu peço, portanto, aproveitando a presença do senhor, que o senhor preste contas a essa Casa, não é um pedido, está na Lei de Responsabilidade Fiscal. Repito, já pedi por requerimento, infelizmente, falei isso aqui, tive que entrar com uma representação no Ministério Público e, logo em seguida, a prefeitura me encaminha duzentos papéis com planilhas e tabelas. Não é assim, prefeito. Audiência Pública dos três quadrimestres do ano, a equipe do senhor já teria que ter vindo aqui cinco vezes. É a principal queixa que eu sempre faço e os vereadores são testemunhas, os Poderes Legislativo e Executivo são equiparados, eles não são submissos um ao outro. Eu espero, portanto, prefeito, que o senhor trate esta Casa da forma como ela deve ser respeitada: com respeito”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “bem, primeira coisa, eu só quero dizer que jamais eu deixei de respeitar o Poder Legislativo, principalmente sabendo que eu fui um parlamentar, tanto na esfera estadual como federal. E falei aqui antes de você pronunciar, vereador Álvaro, que houve sim uma falha, tanto que eu já justifiquei a respeito do próprio secretário de fazenda que desconhecia isso. Mas antes de eu detectar isso eu tenho me colocado à disposição, como sempre fiz no passado, de estar aqui na Câmara para prestar qualquer tipo de esclarecimento. E volto a insistir, não sei se você já recebeu essa prestação de contas, mas tem quinze ou vinte dias que eu chamei a atenção tanto do setor contábil da prefeitura como do próprio Walmir e que o próprio



Walmir falou que desconhecia, e são coisas que passam despercebidas. Quanto à lisura ou à transparência dos nossos atos, você tem acesso à internet e tudo o que acontece na prefeitura, como licitações, como tomadas, como decretos, tudo isso é passado. A Babi pode explicar depois para vocês a respeito disso e até mesmo do Diário Oficial. Então, não há da minha parte nenhum interesse de deixar de informar uma coisa que no final do ano vocês têm conhecimento, no final do ano vai para o Tribunal de Contas. Então, graças a Deus, as vezes que eu fui questionado pelo Tribunal de Contas em duas contas, foram coisas insignificantes, mas insignificantes mesmo. Eu tive duas prestações de contas que nós gastamos vinte e oito por cento com a educação e eles glosaram, não deixou de gastar uma coisa que justificava. Glosaram três ponto vinte e cinco, caiu para vinte e quatro e setenta e cinco e minhas contas estão sendo discutidas a respeito de rejeição. Nós gastamos. E, por incrível que pareça, tem uma funcionária nossa que já foi minha secretária, ela falou uma coisa engraçada, todos os momentos que eu assumo a prefeitura, pelo fato da amizade que eu tenho, meu nome às vezes aparece, não que eu pague para poder aparecer, o Tribunal de Contas passa a vir várias vezes na prefeitura para pedir informações. E nos outros governos, nesses doze anos, aconteceram as coisas mais absurdas, e você sabe disso, porque naquela época nós estávamos do mesmo lado. Então, as coisas mais absurdas e que você mesmo criticava comigo e que nunca aconteceu nada. Para ter um exemplo, houve aqui uma CPI que foi levantada, não foi eu que levantei, de trinta milhões de reais, até hoje não teve nenhuma manifestação a respeito de como foi gasto esse dinheiro. Agora, eu posso garantir para vocês que no



meu governo jamais vai acontecer qualquer escândalo onde envolve secretários ou pessoas ligadas à minha administração, isso eu posso afirmar. Não vai ser depois de seis mandatos, eu com meus setenta e seis anos de idade, que eu vou querer manchar a imagem de um filho da cidade, com muita humildade eu falo isso, que transformou Nova Lima. Estão aí todas as obras que nós fizemos, estão para qualquer um ver e olha onde fizemos essas obras, isso que é importante”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem, é porque o prefeito não respondeu. Prefeito, o senhor vai criar o Diário Eletrônico do Município? É uma pergunta. E a segunda, a prestação de contas através de audiência pública, não é encaminhar ao Tribunal de Contas, quem fiscaliza o Executivo é o Legislativo. Eu posso combinar com a equipe econômica do senhor a data de realização dessa audiência pública? Porque aí eu já trato direto com a equipe que o fará”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “com certeza, se está na lei, eu tenho obrigação de fazer isso, não tem o que discutir. Houve sim uma falha, não com outras intenções, não mal intencionado, houve uma falha. Agora, eu não vou dar data para você. O nosso advogado aqui, o doutor Antônio, gostaria de fazer um complemento aqui nessa parte jurídica, depois a Babi vai falar a respeito do problema, que isso foi levantado lá atrás, ela pode responder para você a respeito do Diário Oficial”. Senhor Presidente: “Vítor, eu gostaria de colocar o Diego para falar, depois o doutor Antônio, por favor”. Procurador Municipal Antônio César Riberio: “é apenas sobre a parte do Diário Eletrônico”. Senhor Presidente: “ok”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só para falar aqui que teve a prestação de contas, viu,



Álvaro? Sexta-feira, audiência pública da Saúde. Eu só estou dando a informação de que essa teve. E distribuiu aqui para a gente, eu até não recebi não, mas eu passei aqui, estava tendo, eu participei. Da Saúde, deixar claro”. Senhor Presidente: “com a palavra o doutor Antônio, Procurador”. Procurador Municipal Antônio César Riberio: “obrigado, Presidente. Vereador Álvaro, demais vereadores, prefeito Vítor Penido e demais presentes. Em relação ao Diário Eletrônico, é fundamental realmente, nós temos conhecimento dessa obrigação. É uma preocupação nossa, é uma preocupação do Vítor. Nós temos um software absolutamente desatualizado, é um software que atende a prefeitura há quase trinta anos, de uma empresa de nome Supernova. E em razão dessa novidade legislativa sancionada pelo prefeito e considerando questões contratuais, temos que aguardar o vencimento desse contrato para atualizar esse software. A Supernova ainda não nos permite abarcar essa nova realidade, que é tornar públicas, no melhor português, todos os atos, como defendido e sancionado pelo prefeito, mas a prefeitura está tomando as medidas necessárias a esse mister”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito, procurador. Só a título de sugestão, a Associação Mineira de Municípios cobra oito mil reais de cada município para disparar, para executar, criar, elaborar e divulgar o Diário Oficial Eletrônico diariamente para todos os municípios do Estado. Se for uma ideia plausível, está dada a sugestão, e não é tão novidade porque esse projeto foi de ano passado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o prefeito fez várias denúncias aqui durante a fala dele. Ele fala o tempo todo da ‘ilisura’ da administração anterior e, às vezes, eu fico incomodado,



prefeito, quando o senhor fala isso porque eu fui secretário dessa administração, o vereador Tiago Tito foi secretário, o vereador Flávio pela mesma forma. Eu penso que essa coisa de falar que teve e que aconteceu, a gente precisa dessas provas. E eu não tenho nada contra, mais uma vez eu vou falar, teve erro? Tem que pagar pelo erro. O problema é que eu já fui secretário desse governo que passou, quando fala: 'teve isso, teve aquilo' e quando fala principalmente do lixo, seria interessante, a medida do lixo que está indo é a mesma de antes? A gente não consegue comparar, porque assim como o vereador Álvaro terminou de dizer, a gente não tem essa prestação de contas, então não dá para entender direito se realmente a medida é a mesma, a quantidade, que às vezes diminui o preço e aumenta a quantidade. Do mesmo jeito que o senhor levantou uma situação, eu estou levantando outra. Então, eu estou me dando o direito, de como o senhor levantou sem me dar prova nenhuma, eu também levantar sem ter prova nenhuma, não tenho, de verdade, mesmo. Eu penso que essas ações que são denunciadas, a bem até da credibilidade do próprio governo, elas têm que ser mostradas, doa a quem doer. O senhor terminou de falar aí, eu acho até um desrespeito com o Presidente dessa Casa, salvo engano, o Flávio que foi presidente da comissão que apurou os trinta milhões e que teve um desfecho sim, está no Ministério Público. Então, quando o senhor fala isso, o senhor desmoraliza o Presidente da Casa, o senhor me desmoraliza, enquanto vereador na época, porque participei e cobre, com muita veemência, o vereador Flávio sabe disso, desmoraliza a Casa. Olha, não teve nada? Como assim? Vereador Fausto, o senhor não participou dessa CPI? O senhor não esteve



aqui cobrando da administração anterior resultado com relação a isso? Eu acho um desrespeito com a minha pessoa quando fala principalmente dessa CPI que teve, que foi apurada sim, que está no Ministério Público. E mais hoje, mais amanhã, como a gente sabe que a justiça é muito lenta e, às vezes, as coisas acontecem lá atrás e só vêm dar desfecho agora, a gente tem experiência disso aí agora, o que a gente tem visto da justiça funcionando é muita coisa, e a gente sabe que a justiça vai continuar a funcionar. Então, por favor, quando falar desse processo, respeite os que aqui sentaram, respeite o Presidente da Casa, me respeite, respeite os vereadores que aqui estiveram, porque nós trabalhamos muito nessa CPI, assim como em outras também. De último, senhor prefeito, eu gostaria muito, porque o senhor mais uma vez fez algumas colocações aí, por exemplo, o senhor falou que o Villa Nova tem as certidões, e eu estou falando categoricamente que o Villa Nova não tem a certidão federal. Isso, em tese, o impediria de receber essas verbas. E, mais uma vez, porque um dia eu fui falar do Villa aqui, quase que eu apanhei na rua, eu não tenho nada contra o Villa, assim como eu não estou falando da Casa Rosal, se teve erro ou não, eu também não estou falando que o Villa... Uma coisa é o torcedor do Villa e o futebol, outra coisa é a prestação de contas. Então, eu gostaria que o senhor encaminhasse para esta Casa, e já fica como encaminhamento, essas prestações, pelo menos as duas, porque o senhor falou que antes não faziam nada. Então, a gente acredita que no ano passado teve uma prestação de contas que foi muito bem olhada. Eu gostaria de ter essa prestação de contas do ano passado que foi referente a 2016 e o 2017, que o senhor encaminhasse para a Casa aqui, para que a gente possa ter



essa comprovação, porque, mais uma vez, é assim: olha, antes não tinha, mas ano passado, por uma coincidência muito grande, o Villa Nova prestou contas e recebeu dinheiro. Eu não sei, eu, sinceramente, não concordo muito. Com todo o respeito à pessoa do prefeito, que a gente sabe que tem uma experiência muito grande para administrar a cidade, mas que também admitiu falhas. Você coloca um secretário de fazenda que não sabe que ele tem... Que é advogado, não é um secretário qualquer, é um secretário de fazenda que é advogado da área. Olha, gente, para quem está aqui, quando eu fui secretário de...". Senhor Presidente: "Silvânio, vamos ser breves". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "vou terminar nesse momento e agradeço porque eu sei que eu estou extrapolando, Presidente. Eu fui secretário de desenvolvimento econômico e esse secretário de fazenda que aí está hoje, que eu respeito muito e que sei que é uma pessoa inteligente, inteligente até para falar que não sabia que tinha que prestar conta. Esse cara me trucidou porque a gente não tinha carteira de trabalho aqui em Nova Lima, ele falava que era fácil, que isso era a coisa mais tranquila de fazer, e nós não temos carteira de trabalho em Nova Lima hoje que ele é secretário. Então, com todo respeito à pessoa dele, mais uma vez, eu não estou aqui questionando a pessoa, eu estou questionando a ação. E aí eu gostaria, senhor prefeito, e se tiver necessidade, que a gente encaminhe isso via documentação, eu faço, ainda que eu fale aqui, olhando para o senhor, que a gente não tem resposta. Quando o senhor disse que o senhor tem chamado os vereadores, eu acho que o senhor precisa ser claro, porque a população precisa saber que o senhor não me chamou, em momento algum, porque senão, lá na rua, eu vou ficar



como leniente, uma pessoa que não participa das coisas. Então, o senhor precisa ser claro: ‘olha, eu chamei fulano, ciclano e beltrano e eles não foram’. Eu acho que essas coisas precisam ser bem colocadas, para a gente não ser colocado na rua como alguém que recebeu um cargo eleito pelo povo e a credibilidade das pessoas e que, de repente, o prefeito chama para uma reunião e que ele, simplesmente, não comparece. Mas é só isso, muito obrigado. Senhor Presidente, muito obrigado, prometo que não vou falar mais”. Senhor Presidente: “com a palavra Diego Garzon, o Secretário”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, como líder, antes do secretário, participante desta Casa, por gentileza, vereador eleito”. Senhor Presidente: “eu sou um Presidente democrático”. Vereador Flávio de Almeida: “sem problema”. Senhor Presidente: “sim, senhor. Seja breve, por favor”. Vereador Flávio de Almeida: “bom, eu vi o vereador Silvânio Aguiar fazendo um pedido da prestação de contas, vereador, do Villa. Eu pedi, Senhor Presidente, só para afirmar isso, para não ficar no esquecimento, não cumprindo o prazo, eu peço em outro poder, não tenho dificuldade com isso, eu pedi que seja mandado para esta Casa as contas do Villa desde 2001 até a data presente. A lei é muito clara, ela diz que eu tenho direito. E, com isso, eu pedi a certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais, pedi certidão negativa de Regularidade do Fundo de Garantia Estadual, pedi certidão negativa de débitos estaduais e municipais e, para encerrar, certidão negativa de débitos municipais. Senhor Presidente, eu fui secretário de segurança e se achar alguma coisa errada que este vereador fez, enquanto secretário, aí pode me acusar; fora disso, tem que respeitar o conhecimento que eu tenho





na área de segurança. E eu não tenho pouco conhecimento na área de segurança, eu tenho muito. Eu ando igual bobo e falo como bobo, mas tenho um conhecimento fora do comum, coloquei muitos e muitos que passaram por lá no bolso, anterior a mim. E sobre a CPI de trinta milhões, foi presidida por mim, a presidi como faço com a minha vida, no dia-a-dia, com muita seriedade. O senhor participou dela, o vereador Fausto, o Silvânio, o vereador Coxinha participou da CPI de trinta milhões, onde nós encerramos com chave de ouro e encaminhamos para os outros poderes. Agora, não cabe a este vereador exigir que um outro poder faça do jeito que eu acredito que deveria ser feito. Então, Senhor Presidente, só estou corrigindo, só para lembrar que eu fiz esse pedido, do Villa. E da CPI, como secretário, saí de lá como eu passo por todos hoje e sou abraçado em via pública por todos eles. E se algum achar que pode fazer melhor, tem que mostrar no dia-a-dia o que é ser melhor. A minha fala eu faço para o senhor que é o Presidente desta Casa e se o senhor achar que deve falar alguma coisa, do senhor eu aceito, o senhor como Presidente, eu aceito a fala do Senhor. Obrigado”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “José Guedes, só respondendo aqui, tanto o vereador Flávio e o Silvânio. Quando eu falo a respeito da CPI, eu não estou falando a respeito da responsabilidade suas. Não foram tomadas nenhuma providências não foi por aqui não, então é diferente. Eu não estou fazendo nenhuma acusação à Câmara aqui não, eu sei que o papel seus vocês fizeram. Deixar bem claro isso aqui, para não ter nenhuma dúvida. Quanto ao problema do Villa Nova, volto a insistir, como eles praticamente arrasaram com Nova Lima, e citei aqui a sede, a quadra, acabaram com tudo. É um



período que vem lá de trás, não é de agora. O que fizeram com o Villa foi uma brincadeira, como fizeram com toda Nova Lima, a verdade é essa, todos os setores foram destruídos. E eu convido vocês, vereadores, para a gente fazer uma visita nas escolas, nos postos de saúde, na secretaria de cultura. Está tudo filmado, uma destruição total. E mais ainda, o endividamento, mais ainda, a dívida. E com um orçamento, Nova Lima chegou a arrecadar seiscentos e oitenta milhões no ano. Eu desafio saber o que foi feito, que eles falam que foram quase, eu não estou falando que são os seis bilhões não, valores corrigidos, o que aconteceu com esse dinheiro? Ah, não foram seis, foram cinco. O que aconteceu em Nova Lima? Sendo que nós, em dois anos, já pusemos a cidade em dia. Nós já estamos, até o final do ano, já foram licitadas e vão ser licitadas ainda esse mês, esses dias, até o mês de dezembro, nós temos quase cinquenta obras importantes para serem feitas em Nova Lima. E vou mais um pouquinho, parte desses recursos se encontram em caixa, não é fazer para tomar empréstimo e pagar não, de forma nenhuma; essa que é a verdade. Então, em momento algum eu citei. Agora, voltando a falar quando o vereador Silvânio fala quando eu falo a respeito do passado, eu não queria entrar nesse assunto, mas me fez uma provocação, eu tenho que responder. Eu, por diversas vezes, fiz acusações e até mesmo chamando de quadrilha, você sabe perfeitamente disso, você esteve comigo, do meu lado, no palanque eu falava isso. Hoje comprova isso, tem aí, vamos dizer assim, alguns pedidos da justiça de bloqueios de quarenta e nove milhões de reais. Então, é sinal que não houve essa transparência, infelizmente, de prefeito. Então, se quarenta e nove milhões não é... Bloqueando contas



de prefeito, então eu pergunto: o que é isso? Hein? Algum dia bloquearam alguma coisa do Vítor Penido nesses seis mandatos meus até agora? Alguma coisa aconteceu? A não ser uma ação que estou respondendo aí, onde tem uma sentença da juíza que fala: não houve desvio, não houve enriquecimento, não houve nenhum dano ao erário público. O Ministério Público não recorreu. Eu não aceitei porque ficaria na minha ficha, eu recorri para o TJ. O TJ manteve a decisão da primeira instância. Nos embargos declaratórios aparece um promotor e acrescenta mais um item lá. Eu nunca vi isso, reformar uma decisão onde há uma sentença da primeira, o negócio está comprovado que não teve prejuízo nenhum para o erário público. Onde essa ação está na justiça, está lá em cima, e há vários recursos para serem impetrados ainda e que nós estamos aguardando. Agora, está bem claro, o Vítor não roubou, o Vítor não desviou dinheiro nenhum, sentença da primeira instância, da juíza, que se encontra em Nova Lima até hoje. E qualquer um que quiser tomar conhecimento a respeito dessa sentença, fica à disposição até mesmo da Câmara de vereadores aqui. Então, eu quero chamar a atenção para isso. Eu não faço acusações levianas, as coisas que eu falo, eu assumo em qualquer lugar, eu tenho, graças a Deus, responsabilidade. Eu não estou aqui para acusar pessoas disso ou daquilo, sem ter provas. A hora que eu tenho provas é diferente. Não coisas pessoais, eu não faço isso, mas como prefeito, eu tenho a obrigação de fazer isso. Passar a palavra para o José Guedes”. Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que a Câmara tem cumprido a sua obrigação sim sobre CPI. O problema maior no Brasil é que a justiça é morosa, demora. Nós estamos cobrando a CPI dos trinta milhões, estamos cobrando com referência a



essas pastas aqui. Então, só para frisar bem, no ano 2015, gastaram dezesseis milhões no esporte, não fizeram um campo, não fizeram uma quadra, deixaram os campos arrasados, as quadras arrasadas. E eu, como sou do esporte, é minha obrigação cobrar. Semana passada eu falei com a Delma, pedir uma audiência no Ministério Público, nós vamos cobrar sim, porque eu tenho certeza que eu sou uma pessoa correta. Levanta a minha vida. E fico ouvindo essas porcarias de pessoas imbecis me acusando de coisas que eu não fiz. Então, eu vou cobrar o verdadeiro. Como se gasta dezesseis milhões no esporte sendo que não fizeram nada? Isso aí eu posso falar porque eu estou por dentro. Então, nós vamos cobrar, já pedi à Delma para agendar com o doutor, nós vamos lá. Eu não me esqueci também que roubaram um documento meu, aqui na Câmara, um recibo meu. São dez vereadores, porque roubaram só o meu? Estou atrás, isso não vai ficar assim, eu quero o meu documento. Amanhã, o Tribunal de Contas, passa dez anos, procura o recibo do Zé Guedes, onde está? Eu quero. Eu já fui ao Ministério Público, fiz o B.O. e quero o resultado disso. Só porque a pessoa que postou tem dinheiro? Comigo não tem negócio de dinheiro não. Nós vamos lá, já pedi à Delma semana passada. Com a palavra o Diego, por favor”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “bom dia a todas, bom dia a todos. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Senhores vereadores, senhor prefeito e colegas secretários. Bom, eu estou aqui na condição de secretário municipal de desenvolvimento social para trazer ou, pelo menos, tentar trazer aos senhores e senhoras aqui presentes a verdade de maneira bem didática. Nós queremos dirimir, de uma vez por todas, qualquer entendimento errôneo,



seja por maledicências ou seja por ausência de conhecimento mesmo. De fato, o assunto é extremamente específico, é um assunto extremamente técnico, portanto, acho que essa oportunidade é para que a gente justamente possa colocar às claras tudo aquilo que ainda não foi dito ou que, por ventura, tenha sido dito, mas tenha sido dito de maneira deturpada. Bom, com relação à Casa Rosal, que é o que me cabe aqui responder, para o qual fui convidado, eu quero explicar todo o processo de tudo que aconteceu para que os senhores, então, tendo conhecimento da verdade, possam também avaliar, juntamente com a população sobre os encaminhamentos que foram dados e sobre todas as condutas que foram tomadas, tanto pela Secretaria de Desenvolvimento Social, quanto pelo Conselho Municipal de Assistência Social. No dia vinte e oito de agosto do ano passado e é o assunto que, de fato, gera um impedimento nesse momento. Dia vinte e oito de agosto do ano passado foi lançado um edital para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, esse é um serviço que está arrolado lá nas normativas do SUAS, que é o Sistema Único da Assistência Social, não é um serviço que pode ser feito por qualquer instituição, as instituições têm que passar previamente por uma inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. E para que passem por essa inscrição, elas precisam atender critérios muito objetivos, critérios que não são estabelecidos pelo município, nem pelo Estado, mas sim por uma normativa federal. Pois bem, depois de cumpridos esses critérios, nós tínhamos seis entidades que estavam aptas a receber recurso do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Dentre essas seis entidades, as seis entidades, como a gente tinha feito um acréscimo de



duzentos e cinquenta mil reais nesse serviço, nós conseguimos atender, via edital. E é preciso que a gente deixe isso muito claro, porque o passado, por vezes muito nebuloso, não traz a perspectiva dos editais para que as instituições pudessem concorrer em posição de igualdade. Bom, as seis instituições captam o recurso, o recurso é depositado em parcela única na conta das instituições, no dia vinte e sete de dezembro, superadas todas as questões de edital, todas as possibilidades de recurso. E as entidades, através de um firmamento desse termo de parceria com o poder público, começam a executar o serviço. Algumas entidades começaram a executar o serviço em janeiro, outras entidades começaram a executar o serviço em fevereiro. E nós tivemos até entidade que começou, por questões de logística, por empecilhos da dinâmica da entidade, começou a executar o serviço em março. Com relação à Casa Rosal, desde o princípio, todas as tratativas, depois de firmado o termo de parceria, todas as tratativas foram feitas com a entidade Casa Rosal e com todas as outras entidades. Em todas as vezes, inclusive com a presença de todos os representantes de entidades, nunca de maneira escusa, nunca de maneira unitária, não nos interessa esse tipo de conduta. E isso, nós começamos já em janeiro a suscitar na entidade: como vai ser a execução desse serviço? Como vocês vão executar? E as entidades mostrando a execução, algumas começando. Eu estive presente no início da execução de algumas entidades. E aí é preciso que a gente deixe claro que a partir de março, a gente, já verificando todos os empecilhos que a entidade estava apresentando, nós ofertamos assessoria técnica a essa entidade, nós ofertamos o diálogo a essa entidade, nós ofertamos várias e várias reuniões a essas entidades. Só aqui que eu



tenho nessa pasta e aí eu trouxe a pasta para os senhores, possivelmente posso disponibilizar a maioria dos documentos para que os senhores possam acompanhar e aí vão acompanhar documentalmente, sem avaliações políticas, sem o calor da paixão, que às vezes tem tomado o coração de alguns. Nós vamos poder avaliar, de acordo com a documentação todos os posicionamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social, que ainda em março, começou a provocar, no sentido de estimular, provocar documentalmente a instituição, no seguinte sentido: quando vocês vão começar? Qual é o empecilho? O que está acontecendo? E também documentalmente, até porque nas nossas relações, nós estamos sempre muito pautados pela documentação. Nós começamos a receber alterações de plano de trabalho. E aí a gente precisa dizer que quando a gente lança um edital, a gente dá a perspectiva de captação de recursos para uma entidade, a entidade apresenta um plano de trabalho, a entidade mostra para o poder público, para a administração pública que ela pode executar desta forma, com tais recursos e isso foi feito. E aí, o plano de trabalho dessa entidade, assim como o plano de trabalho das outras cinco entidades foram aprovados, alguns tiveram pequenas correções ainda na fase pré-firmamento do termo de parceria. Pois bem. Então, o plano de trabalho proposto por essa entidade, essa entidade começa a não executar esse plano de trabalho. E aí, o primeiro documento que nós temos, trazendo as questões objetivas que impedem a execução, começa em março. Eu tenho aqui pelo menos uns oito documentos que nós estamos dizendo para a entidade: você precisa executar. Vou dar um exemplo aqui, porque trago também através de documento. No plano de trabalho a



entidade faz a captação máxima de recursos possível, dizendo que ofertará o serviço de transporte a todos os usuários. Pois bem. Quando a gente encaminha as pessoas e esse serviço não é a entidade, de porta aberta, atendendo quem ela quiser, essa modalidade de serviço é via encaminhamento dos CRAS e do CREAS. Quando a gente começa, através do CRAS, a encaminhar pessoas para os atendimentos nessa entidade, essa entidade simplesmente se nega a atender. Então, a gente já começa mostrando uma questão que eu tenho certeza que a maioria dos senhores e das senhoras que estão aqui não conhecem. Então, essa entidade começa a se negar a atender. Essa entidade, em um plano de trabalho, apresenta o atendimento a dois grupos, um ligado ao CRAS – Centro, outro ligado ao CRAS – Cruzeiro, para atendimento de vinte e cinco pessoas em cada grupo. Essa entidade não deixa claro, porque se deixasse claro isso também não seria aprovado, é óbvio, não deixa claro que atenderia somente a pacientes oncológicos. Por quê? Porque esse serviço não é um serviço da saúde, o recorte não é de saúde, o recorte não é atender paciente oncológico ou paciente com diabetes ou paciente com qualquer outra patologia. Isso já começa aí, a entidade se propõe a abrir as portas e atender à população e não só um recorte específico de pacientes. Pois bem, a entidade se recusa a receber os nossos encaminhamentos. Posterior a isso, a essa recusa da entidade, nós enviamos, mais uma vez, uma documentação dentre as oito, nove ou dez que enviamos: por que você está se recusando a atender? A entidade diz que vai começar a atender em duas semanas. Aí, em duas semanas, a entidade não começa a atender. A entidade recebeu o máximo possível de recursos para ofertar transporte para todas as pessoas. A





entidade manda... Documentalmente, se alguém tiver alguma dificuldade com a minha fala, pode ter certeza que tudo que estou trazendo aqui, estou trazendo de maneira documental, não me interessa aqui fazer um jogo de retórica, mas sim fazer um jogo de comprovação. Eu estou aqui para comprovar as coisas que a gente tem dito e comprovar as nossas posturas diante das entidades, não só dessa. Óbvio, a nossa conversa, nesse momento, é dessa entidade. Pois bem, a entidade diz que não vai atender mais com transporte. Ora, é a mesma coisa de a gente contratar uma pessoa, eu vou lá e contrato uma pessoa para trabalhar em minha casa, de segunda à sexta-feira ou para trabalhar em meu escritório, para trabalhar onde for, de segunda à sexta-feira, de oito às dezoito. Recebido o salário, essa pessoa não vai trabalhar, não dá uma justificativa, depois de dois meses, ela diz assim: eu não vou trabalhar mais de segunda à sexta, eu vou trabalhar agora de segunda à quarta e eu vou trabalhar de meio dia às dezoito. Eu falo: não, não é isso, você não pode fazer isso, você já pactuou com a gente, isso é uma contratualização, é um termo de parceria. E aí a entidade achou que dessa ou de outra forma, conseguiria resolver uma questão que é objetiva. Todos os nossos esforços foram colocados para que a gente conseguisse que a entidade atendesse. Quando eu estava vindo para cá, eu estava pensando em uma frase muito interessante do escritor Millôr Fernandes que diz o seguinte: 'o problema da meia verdade é justamente quando as pessoas se apegam e propagam a metade que é mentira'. E é isso que nós temos que trazer aqui, nós temos que elucidar todo esse comportamento, tudo isso que vem acontecendo. Pois bem, depois dessas tratativas todas que começam lá em março, não



são tratativas de dez dias, de cinco dias, de um dia, do que for. Todos os prazos caminhando de acordo com o necessário, com o legal, em um procedimento dentro da secretaria. Outro procedimento do Conselho e aí é preciso dizer que o Conselho é autônomo, nós estamos em uma democracia e, estando nessa democracia, os Conselhos são autônomos, as decisões do plenário são soberanas, óbvio que não podem infringir a lei, mas são soberanas, não há qualquer interferência do prefeito, não há qualquer possibilidade de interferência do secretário e de qualquer um dos senhores que estão aqui dentro. O Conselho começa a avaliar uma questão objetiva, que é o que? Nós temos uma resolução nacional, que é a resolução zero quatro de dois mil e quatorze, e essa resolução nacional é adotada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, através da resolução zero seis de dois mil e dezesseis, ou seja, dois anos depois. E nessa resolução no artigo sétimo, parágrafos primeiro e segundo, diz claramente que depois de inscrita, a entidade não pode ficar com mais de seis meses sem executar o serviço. Isso é um critério objetivo. E aí vamos fazer uma analogia para a gente deixar bem didático também. Eu sou uma pessoa que tem um metro e oitenta e cinco de altura, se fizermos a pergunta para os senhores: Diego tem um metro e sessenta de altura? A resposta é objetiva. A entidade estava há vinte e sete meses inscrita e há vinte e sete meses não executava o serviço, é uma questão objetiva. O Conselho fez todo o processo legal, dentro do Conselho e chegou ao parecer da comissão de fiscalização das entidades. Várias outras entidades já passaram por um processo similar, passa por esse processo e a comissão diz assim: é um critério objetivo, não executa há mais de seis meses. E dizer



que não executa não é dizer que a Casa Rosal não atende ninguém, é preciso que a gente deixe isso claro. Atende, só não está atendendo nos moldes da assistência social. E esses moldes não são colocados por nós, esses moldes são estabelecidos em nível nacional e pactuados pelos municípios e pelos Estados, é uma questão muito clara. O Conselho vai lá, faz um parecer pelo cancelamento da inscrição, esse parecer é avaliado, esse parecer chega até o plenário no dia vinte e quatro de outubro passado. Quando chega em vinte e quatro de outubro passado, os conselheiros fizeram a análise da questão objetiva, na questão objetiva eles decidem pelo que? Eles decidem pelo cancelamento da inscrição da entidade. Permita-me fazer só um aparte nesse assunto, vereador Flávio, não entenda, por favor, como desrespeito, não estou aqui para citar outras instituições e não me cabe”. Vereador Flávio de Almeida: “só para a gente não chegar... Senhor Presidente, questão de ordem. Só para a gente não chegar...”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “não, vereador, é só para eu...”. Vereador Flávio de Almeida: “não...”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “eu só quero citar o seguinte...”. Vereador Flávio de Almeida: “como vereador eleito, Presidente, só para não chegar às vias de fato. Eu fiz um pedido no início. Eu tenho a maior consideração pela sua família”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “não, mas olha só, nós não estamos em uma perspectiva de vias de fato, eu só estou querendo dar um exemplo”. Vereador Flávio de Almeida: “é só para não ficar com meias verdades”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “não, não. O senhor não me deixou



explicar, então o senhor não sabe inclusive a mensagem que eu vou trazer. A mensagem que eu vou trazer é que o processo similar, esse processo de cancelamento de inscrição foi passado pela instituição, pela creche e a creche entendeu. Não, eu não estou falando de outros processos, vereador. O senhor não está me deixando falar. Eu estou dizendo que esse processo foi passado pela creche, quando a assistência social falou assim: a Creche São Judas Tadeu é uma creche que pertence... Esse equipamento é um equipamento da educação. Os representantes da creche estavam lá, entenderam isso e não geraram a polêmica que foi gerada depois. Então, o que eu estou querendo dizer é isso, eu estou querendo dizer que outras entidades passaram por isso, por quê? Porque existe uma dificuldade e é difícil mesmo, às vezes, de um equipamento entender assim: eu sou educação ou eu sou assistência social? Eu sou saúde ou eu sou educação, assistência e saúde? Porque é, muitas vezes, nebuloso. Essa que foi a questão. Então, não estou aqui para depreciar entidade nenhuma, eu queria trazer esse exemplo. Um processo similar foi passado pelo NAT's. Quando o NAT's foi verificado, lá no Conselho Municipal de Assistência Social, entenderam que deveriam manter a inscrição do NAT's. Então, esse processo é um processo que parte do entendimento dos conselheiros e tão somente desses conselheiros. Pois bem, o Conselho foi lá, cancelou a inscrição, logo depois do cancelamento, simplesmente a reunião virou um pandemônio, a reunião virou uma baixaria, virou caso de polícia, quando representantes da instituição que estavam lá começaram a agredir física e moralmente representantes do Conselho Municipal e da Secretaria de Desenvolvimento Social. Em que pese a questão ser muito,



talvez, de difícil diálogo, de difícil até apresentação, mas chegou-se, inclusive, a uma dirigente desta instituição pegar no seio de uma servidora da Secretaria de Desenvolvimento Social e dizer que ela teria câncer naquele local e que ela morreria, assim como esse secretário morreria em cima de uma cama, precisando de atendimento e não conseguiria. Ora, vamos ser sinceros aqui em uma coisa, o espaço da democracia, o espaço do diálogo é o espaço do embate e esse espaço do embate tem um limite muito colocado, esse limite muito colocado é o limite do respeito, isso é muito nítido. Esses representantes dessa instituição agrediram física e moralmente os representantes da secretaria e os conselheiros que estavam ali desempenhando uma atividade em prol do município. São pessoas que estão ali que não recebem remuneração para estar nessa condição, representantes da sociedade civil, representantes do governo, representantes dos trabalhadores do SUAS e essas pessoas foram agredidas. Estes trabalhadores não se sentiram confortáveis e seguros para sair do local de trabalho e poderem ir almoçar. E isso se estendeu até uma hora da tarde, mais ou menos, uma reunião que começa por volta de oito e meia da manhã se estende até uma hora da tarde, com agressões. Ensejou que quatro servidores se deslocassem até à Polícia Civil para registrar boletim de ocorrência da situação. Agora, explicado tudo isso e aí é óbvio que tem muita questão que fica no ar, até porque muitas questões são mesmo difíceis de entender tecnicamente. Eu quero entender o seguinte: como a administração pública contratualiza com qualquer instituição, contratualiza com essa instituição, repassa o recurso no valor de oitenta e sete mil reais, a instituição simplesmente não executa. Porque eu tenho transparência o



bastante e é por isso que estou aqui de peito aberto, tenho transparência o bastante para chegar aqui e desafiar a qualquer um que está aqui, ou nessa mesa, nesse Plenário, entendam como um desafio respeitoso, mas eu quero desafiar qualquer um a apresentar uma pessoa que tenha sido atendida através do encaminhamento da assistência social, conforme preconiza o plano de trabalho, conforme preconiza a norma operacional básica, conforme preconiza a resolução municipal, a resolução nacional. Quem tem? Nós não temos porque a instituição não executou o plano de trabalho pelo qual ela captou recurso. E aí, diante desse caminho, nós só temos uma possibilidade. E aí pode ser que existam outras possibilidades e que eu desconheça. Nós só temos uma possibilidade: cumprir a lei, é só essa. Então, não há verdade quando qualquer pessoa diz que a prefeitura está fechando a Casa Rosal. Mentira. Quando a Casa Rosal perde o cancelamento da inscrição, vereadores e público aqui presente, no outro dia ela já pode requerer uma nova inscrição e aí ela vai passar pelo processo de fiscalização para verificar a condição da estrutura, dos serviços e assim ter aprovada ou não a inscrição. Então, não há um fechamento. O que há é nitidamente o seguinte e aí eu tenho certeza que qualquer pessoa vai compreender muito bem isso, o que há é o seguinte: a gente entrega um recurso baseado em um plano de trabalho, entrega um recurso à uma instituição, a instituição não cumpre e a instituição quer mais recurso. Como isso se dá? Eu sou ordenador de despesas, eu tenho muita responsabilidade por qualquer despesa que eu ordeno, desde os cinco reais que a gente paga em uma carne lá no acolhimento até o repasse a uma instituição. Como isso se dá? Não tem como. É comprovado que



não há execução neste caso. Não há execução, então a gente não pode fazer isso. Outra coisa que precisa ser entendida e algumas entidades já entenderam, outras têm dificuldade. Nós vamos fazer até um curso, eu enviei aqui para esta Casa, nós pedimos o espaço desta Casa para que, no dia treze de dezembro, a gente faça outro curso, outra capacitação para as entidades, mostrando mais uma vez, não é a primeira, como funciona a questão dos repasses, como funciona a questão da prestação de contas. Então, o que nós temos é muito claro, está colocado, as pessoas precisam entender que a prefeitura não pode ser... E não é essa prefeitura, é qualquer prefeitura, não pode ser mantenedora de instituições que são privadas, as instituições são privadas. Isso é muito elementar no direito público brasileiro, instituições privadas, nós não somos mantenedores. Tanto é que o termo é chamado de que? Termo de Parceria. É quando a gente diz para a entidade: nós, administração pública, não temos condição de executar tal serviço pelos impedimentos diversos e aí a gente parceiriza com a entidades, através de chamamento, através de uma análise de comissão de seleção do município, não sou eu, não é a minha equipe. E aí essa entidade está apta a captar aquele recurso e parceirizar com a gente. Agora, eu gostaria de entender qual é o caminho que nós vamos seguir diante da inexecução por parte da entidade de um plano de trabalho, do recebimento desse recurso e da não devolução desse recurso. Qual momento que surge a preocupação com os usuários? Nós temos que nos preocupar mesmo com os usuários, porque mesmo que a entidade devolvesse hoje, o dano já foi causado, os usuários ficaram sem aquele atendimento, isso é fato. E a gente precisa discutir isso também, a



gente precisa entender isso também, porque tínhamos um fluxo estabelecido com as entidades. Outra coisa que quero trazer aqui para os senhores, que acho o seguinte, há uma confusão estabelecida também nesse sentido, é: qual é o atendimento prestado pela Casa Rosal? Diante da ausência de prestação de contas por parte da instituição, fica difícil até de a gente dimensionar esse trabalho. É óbvio, só conseguimos dimensionar aquilo que a gente recebe como prestação de contas. Estou dizendo isso porque o vereador Fausto trouxe aqui um número acho que de trezentas e oitenta e cinco pessoas, já falou-se em quinhentas pessoas, já falou-se em oitocentas pessoas no município. Isso, inclusive, nos aspectos epidemiológicos, é completamente incabível, a gente pensar que nós temos aqui no município oitocentas pessoas que têm neoplasia, que têm câncer e que precisam do atendimento dessa entidade, a gente precisa ser estudado até do ponto de vista científico, porque existe uma discrepância entre a média de pessoas com câncer nas cidades e Nova Lima. A gente precisa entender até o que isso tem gerado. Agora, a gente não consegue saber. O que a gente precisa dizer é o seguinte, quando as pessoas falam: as pessoas com câncer ficarão sem atendimento. Qual atendimento que as pessoas pensam com relação a isso? Qual atendimento? Nós temos que dizer qual atendimento é feito. Qual é? Apoio social reconheço, apoio psicológico reconheço, e transporte em saúde. Ninguém vai ficar sem fazer quimioterapia, ninguém vai ficar sem radioterapia, ninguém vai ficar sem o medicamento, sabe por quê? Porque isso não é prestado pela entidade. E por que não é prestado pela entidade? Primeiro que a entidade não é um hospital. Fato, não é? Nós temos que entender isso, que quem aplica uma





quimioterapia, uma radioterapia está dentro de um hospital, um ambiente hospitalar. A entidade não é isso, é uma entidade sócio assistencial, não é hospitalar. Segundo, que isso é uma atribuição, segundo o SUS, que é o Sistema Único de Saúde, em âmbito estadual. Várias vezes eu, o prefeito, o secretário de saúde conversamos muito sobre isso e nós temos um reconhecimento a fazer, a gente precisa entender que a gente precisa criar uma política pública de atendimento à pessoa com câncer. É difícil mesmo, é penoso mesmo, muito difícil que a pessoa saia daqui e vá para Belo Horizonte fazer uma quimioterapia e volte sacolejando dentro de um ônibus, é muito difícil. E nós precisamos criar essa política pública, nós já estamos em vias de criá-la, porque nós já estamos terminando todos os estudos. Isso independente de fechamento de instituição A ou B, se vai criar outra instituição, isso é independentemente disso. Vamos deixar muito claro, é uma política pública que precisa ser prestada pelo município e até hoje não foi prestada pelo município, é um reconhecimento que a gente tem que fazer. Semana passada eu estava falando de autocrítica lá na cerimônia da Conferência da Criança, o Tiago estava presente, o vereador Wesley, que hoje não está aqui, estava presente, e a gente estava falando sobre isso, temos que fazer autocrítica. A construção da política pública não se dá por um governo específico, não se dá um por um conselho específico, não se dá por esta Casa sozinha, é uma construção coletiva. Quando a gente erra, nós também temos que entender que nós estamos errando coletivamente em algum ponto, em algum ponto a gente pode ter se omitido. E isso eu digo para todos os poderes, para todos os atores dessa rede, porque é uma rede. Agora, em que pese a gente entender que



a gente precisa estabelecer essa política pública, nós temos que dizer isso claramente: o transporte em saúde é ofertado, a rede tem condições sim de absorver os serviços psicológicos, a rede tem condições sim de absorver os serviços de assistência social, sim, com a existência ou não da instituição. E aqui não estou dizendo que acho que a instituição deveria fechar, abrir, aumentar, não é isso, não me cabe esse juízo de valor, me cabe mostrar a realidade dos fatos e o que está preconizado na lei, entendendo que nenhum de nós e instituição nenhuma está acima dela, isso é fato e é uma cultura que a gente precisa romper. Outra coisa que quero trazer aqui para os senhores é o seguinte: com relação a esse fechamento, a não inscrição da Casa Rosal não impede que a Casa Rosal funcione, não impede. A Casa Rosal, inclusive, continua inscrita em outra modalidade, ela não está inscrita no serviço de convivência, hoje não. Ontem foi a análise do recurso, o Conselho analisou na comissão de fiscalização das entidades e chegou-se sim que era unanimidade que não executou por mais de seis meses, ponto. A entidade pode pedir hoje, a gente está aqui conversando, pode ser que a entidade, inclusive, tenha pedido uma nova inscrição. Eu acho que seria até muito prudente, para esvaziar o discurso do fechamento pelo fechamento. Obviamente nós temos várias questões, o processo é um processo muito extenso, muito difícil, muita coisa tem sido dita de maneira deturpada, trazendo talvez uma forma de colocar bem suavemente o processo. Eu, pessoalmente, estou passando por esse processo, minha foto estampada em jornal, minha foto estampada em poste. Não tem problema, isso é o de menos que a gente tem que enfrentar, quando a gente está em uma posição pública, sinceramente,



porque o mais difícil e é muito difícil, neste país, especialmente, a gente fazer o correto, porque até para fazer o correto você é penalizado, se não é penalizado pelas bocas maledicentes, a gente é penalizado pelas artimanhas que acontecem de retórica. Isso é injusto, isso é desonesto, para dizer o mínimo. Então, quero dizer aqui para os senhores, eu quero até passar algumas falas que foram ditas, só para pontuar algumas coisas, não são de todos, mas que me foram feitas. Com relação ao NAT's, o Tiago Tito levantou, o NAT's não fechou, ainda ontem eu recebi uma mensagem dizendo da nova localidade do NAT's, está funcionando no Bonfim, a rua especificamente eu não sei aqui de cor, mas está no meu telefone, posso repassar, então não fechou. É uma entidade que teve apoio da prefeitura, recebeu apoio da prefeitura. É um processo extremamente complicado, é um processo que está no Tribunal de Contas. Tem muita coisa que, inclusive, não posso trazer aqui porque são documentos sigilosos solicitados pelo Tribunal de Contas, de denúncias do passado. Porque isso precisa ficar muito claro também para vocês, desde que a gente chega, especificamente, estou falando da condição que eu ocupo, quando a gente em outubro de 2016, de outubro de 2016 até agora, todos os repasses foram feitos via chamamento e foram muito menores. Então, isso é preciso que nós deixemos claro. Nós temos cinco tomadas de contas especiais, dentro só da SEMDS, todas provocadas por algum Conselho ou por um vereador ou por uma figura de uma entidade, enfim, que vai até ao Tribunal de Contas, exercendo legitimamente seu direito, vai e denuncia, aí o Tribunal apura. E aí me cabe agora pegar esse passivo e responder com o que eu tenho. Tem muita coisa que eu não tenho, aí eu



respondo: olha, isso eu não possuo. Aí tem que acionar outra pessoa, tem que acionar outra instância. Então, é isso que eu quero trazer para vocês. Então, não fechou, é um processo que está passando por tomada de contas especial do Tribunal de Contas. Então, o processo, no que cabe, no que for possível, está disponível para que a gente possa fazer a consulta. Eu e o prefeito já tivemos duas reuniões com a entidade, eu tive mais umas duas reuniões com as entidades. As entidades precisam entender também o seguinte: tem uma lei, chama Marco Regulatório das Instituições Sociais, todos aqui, a maioria conhece. Não é entregar o dinheiro na mão da entidade e falar assim: entidade, é isso. Aí daqui um tempo, a gente começa a cobrar um tanto de coisas, não é assim. E nós temos que respeitar essa lei, que é a 13.019. Essa lei sai em 2014 para vigência em 2016 e prorrogada para início de 2017. Quando a gente chega na prefeitura em outubro de 2016, a lei não tinha sido recepcionada pelo poder público municipal, não tinha nada escrito e foi aquela loucura, porque os municípios tiveram três anos para fazer uma lei tão complexa como essa, nós tivemos que fazer em dois meses e provavelmente não tenha ficado inclusive perfeita porque foram dois meses só para a gente poder fazer. Então, é preciso que a gente deixe isso muito claro. Com relação a chamar e aí o vereador Silvânio citou aqui a Babá, eu acho que o direito ao contraditório é fundamental, ele faz parte de todo o arcabouço jurídico, entretanto, nós não podemos concentrar nessa pessoa, nessa figura, porque ela não é a presidente de fato. Inclusive, se ela fosse a presidente de fato, a instituição não poderia receber recursos, visto que ela ocupa um cargo no Executivo Municipal. Bom, eu já expliquei aqui sobre o



atendimento. É um passivo deixado por outros governos, que a gente precisa sim responder a eles. É ruidoso, é difícil, a explicação é muito técnica para que as pessoas possam entender, mas, à medida do possível, a gente está sempre disponível na Secretaria de Desenvolvimento Social para conversar com todos que nos procuram, que tenham dúvidas, que queiram entender mais do processo. O Conselho Municipal de Assistência Social tem uma estrutura boa. As entidades têm dificuldade mesmo de entender, às vezes. É muito difícil ter uma entidade aqui no Brasil. Nós temos um arcabouço jurídico muito grande, muito extenso, são muitas legislações. Só para os senhores verem aqui a legislação, inclusive, ela também muda de ano a ano. Nós temos em vigor, que as instituições têm que respeitar e nós também, nós temos legislação de 1964 ainda, que está em vigência e precisa ser respeitada por todos nós. Então, assim, é difícil mesmo, mas, na medida do possível, nós estamos sempre disponíveis para atender as instituições. Não tem nenhuma aqui que eu conheça que tenha me procurado e não tenha sido atendida. O Conselho também à disposição. Dia treze, reiterando, nós vamos fazer novamente uma capacitação para as entidades, desta vez eu pedi até o auditório desta Casa. Vai ter amplamente a divulgação das inscrições para as entidades virem, nós estamos trazendo especialista de fora para que eu não tenha que falar sobre isso, para que não fale que sou eu, que é fulano, que é beltrano. É um especialista de fora que vai vir falar para as entidades qual é a nova realidade e as entidades entenderem em que medida que elas querem e conseguem se adequar e em qual medida elas não conseguem, isso é fato. Agora, nós temos que ter especificamente o seguinte: é



muita legislação mesmo, é difícil mesmo, é confuso, é complexo, mas isso não pode nos eximir de cumprir a lei porque a lei está posta. Oitenta e sete mil e novecentos, depositados no dia vinte e sete de dezembro. Obviamente, como esse recurso não teve execução, ele precisa estar alocado em uma conta e rendendo ao que está determinado no plano de trabalho”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “e esse valor que o Zé falou, em torno de um milhão?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “deixa eu só fazer uma colocação, Senhor Presidente. Dez segundos, acho que resolve muito aqui e aproveitar todas as presenças. Eu ia fazer uma série de outros questionamentos, mas não vou fazê-los mais porque eu acabei de receber uma mensagem de uma pessoa da Casa Rosal. Primeiro, eu quero ressaltar a competência, enquanto estive lá, da Elenita Couto, que ela fazia todas as prestações de contas da Casa Rosal, ela não está lá mais, mas ela fazia, ressaltar pelo trabalho incansável que tinha lá. Eu acabei de receber aqui o extrato da Casa Rosal, o que está em conta: noventa e um mil reais que eles têm em conta. Eu acho que a gente resolve a situação da Casa Rosal de uma vez por todas, o procurador está aqui. Não cumpriram o que estava pactuado, devolve o recurso, não é isso, procurador? Não pactuaram aquilo que estava no plano de trabalho, devolve-se o recurso”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “posso responder, perdão?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “pode, claro”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “olha só, é um processo. O processo chega a culminar nisso, a devolução do recurso de maneira atualizada. Então, esses oitenta e sete mil têm que estar dentro de um rendimento e esse valor é um pouco



maior. Só que esse processo a gente precisa fazer porque a gente precisa verificar quanto, qual é o valor, todas as questões legais para que a instituição possa devolver esse recurso ou não”. Vereador Tiago Almeida Tito: “sim, Diego, mas isso é óbvio, é claro que é reajustado”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “não, mas é porque não é óbvio para todo mundo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, sim”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “se a gente colocar de maneira simplista às vezes não fica óbvio”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas à luz de quem está aqui sim. E eles estão dispostos a devolver o recurso. Estou vendo o presidente do Conselho aqui também, o Marcos, ao qual eu quero cumprimentar também. Vocês se comprometem a agilizar isso para que eles voltem a ter a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social?”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “vereador, eu me comprometo desde o princípio a cumprir a lei, nós vamos cumprir a lei. Diante desse fato, nós vamos retornar para a secretaria, até porque isso nunca foi dito, nunca foi colocada no papel a possibilidade de devolução do recurso”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, pois é, eles estão colocando agora”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “nós vamos retomar, nós vamos verificar as questões legais, em que pé que isso está, porque isso também foi fruto de Tribunal de Contas, para que a gente possa agilizar ou não a devolução desse recurso. O meu compromisso é esse”. Vereador Tiago Almeida Tito: “prefeito, qual o prazo que seria, já que tem essa boa vontade da instituição agora, que não tinha, pelo que você está



colocando. Até te parablenizo pela competência das informações, de trazer aqui com muita clareza todos os detalhes aqui, mostra que foi muito bem escolhida a sua posição, onde o senhor está hoje ocupando. É possível, senhor prefeito? Eles têm noventa e um mil em conta, eu não sei se é isso o reajustamento, estava aplicado, deve ser mais ou menos o valor. Se não, eles vão complementar e já estão colocando à disposição para fazer essa devolução. É possível? E aí, a gente tem uma agilidade em relação a isso?”.

Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “vereador, primeiro eu quero dizer que antes de chegar nesse ponto, em uma reunião com a própria Maria das Graças, a Babá, eu sugeri a ela, que ela estava questionando ou duvidando dos conselheiros. Se mostrar quem é o presidente do Conselho aqui, eu conheço, mas não sei quem é, para vocês terem uma ideia. Eu sugeri à Babá que ela pegasse alguém de confiança dela para auditar aquelas contas, para evitar qualquer estrago no funcionamento. Ela sugeriu a funcionária que é irmã da contadora dela, que é a Magda. E a Magda esteve em uma reunião com ela e mostrou que era impossível o Diego passar por cima daquilo. Então, a esse ponto chegou, não é culpa nossa não”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, eu sei, mas...”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “eu estou só explicando isso aqui, estou dando essa explicação porque não... A Magda está aí, é funcionária da prefeitura, não é do meu gabinete, ela trabalha na Controladoria”. Vereador Tiago Almeida Tito: “muito competente por sinal”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “pois é, não preciso falar a respeito da pessoa dela, da honestidade, da transparência. E simplesmente ela falou com Babá que ela jamais participaria de qualquer coisa que





partisse de perseguição. Que eu não permito que faça isso, não existe, na prefeitura, a palavra perseguição política, não existe isso, nos meus mandatos nunca existiu, graças a Deus, eu posso falar isso de cabeça erguida, nunca existiu. Isso que você está colocando para mim, não adianta eu falar um negócio aqui sem ouvir, passar pela secretaria e dar o ok lá. Viu, Diego? A partir do momento que você analisa, que você... Claro, boa vontade, nós temos, mas eu não posso falar que vou resolver amanhã, depois de amanhã, não é isso. Então, o Diego, com certeza, vai fazer todo o possível para agilizar isso, dentro da legislação e no final... Está resolvido o problema. Agora, falar que é daqui a quinze dias, dez dias, eu não posso falar isso”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é possível só ter pelo menos um prazo para eles devolverem agora e já ter um posicionamento? Antes da próxima reunião do Conselho, que eu não sei quando vai ser?”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “mas a questão não é essa, vereador. A questão é o seguinte, é isso que eu estava tentando explicar, nós temos dois processos correndo, um é o que pode culminar na devolução do recurso, obviamente chegará lá porque não teve a comprovação da execução do serviço, que é isso, que se extingue. O outro é da inscrição, que é: você não pode ter mais de seis meses sem cumprir aquele trabalho específico, a entidade está há vinte e sete meses, e aí ela teve a inscrição cancelada. O que é o prudente para a entidade nesse momento? Inclusive mostrando a nossa boa vontade para com a questão, é que a entidade devolva os recursos atualizados, não sei falar se noventa e um mil dá, não dá, enfim, mas ela



devolva esse recurso e ela solicite ao Conselho, que é autônomo, nova inscrição. Aí vão fazer a visita à entidade, vão ver as condições, vão ver tudo e vão deferir pela inscrição ou não. Entende? Eu nem participo desse Conselho, nós não temos... O assento do Conselho é de uma pessoa só. Então, assim, é isso, esse é o processo. A entidade nunca manifestou para a gente essa possibilidade, porque se essa possibilidade existisse desde o princípio, é fato que esse processo não teria chegado aqui, neste momento. Aqui que eu quero dizer não é a esta Casa, mas a este momento, porque se extingue. Em que pese que os usuários foram prejudicados e que a gente tem que observar isso também, mas, devolvendo, chega nisso. Agora, esse outro processo é um processo do Conselho. A entidade mostra para a gente que quer devolver, que tem condições de devolver, a gente manda para a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Fazenda analisa o valor atualizado da devolução e a gente manda para a entidade, aí ela decide se tem condição ou não, enfim. Entendeu? Essa é a questão assim de maneira bem rápida”. Vereador Tiago Almeida Tito: “prefeito, o senhor pede à sua Secretaria de Fazenda para atualizar o valor para que eles possam devolver o quanto antes, que eles já fizeram o compromisso aqui de devolver, só atualizar monetariamente”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “claro”. Senhor Presidente: “o Flávio solicitou a palavra”. Vereador Flávio de Almeida: “eu quero fazer o meu pronunciamento enquanto vereador eleito, mandatário. A pergunta é: o pessoal já terminou a discussão sobre a Casa Rosal para que eu possa me pronunciar livremente com os dez vereadores?”. Senhor Presidente: “ainda não”. Vereador Flávio de Almeida: “então, tá. Estou aguardando então”. Senhor Presidente:



“terminou?”. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Diego Garzon Henrique: “bom, da minha parte, eu terminei. Estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida e apresentar os documentos de tudo o que a gente tenha colocado aqui. Muito obrigado”.

Senhor Presidente: “convidar a Babi para falar sobre Casa Rosal. Com a palavra a Babi. Babi, fazer um pedido aqui, eu tenho certeza que os dez vereadores gostariam que esclarecesse os acontecimentos em Nova Lima, soltando uma nota mostrando o que está acontecendo. Eles pegam dois, três vereadores para Cristo e aqui são dez, somos dez e dos outros não falam nada. Então, eu sou o Cristo aqui em Nova Lima, sabe por quê? Porque eu cobro. Então, eles têm que pegar a Câmara em um todo, não é pegar um vereador não. Então, Babi, fazendo favor. Antes de terminar a reunião, eu quero parabenizar o Diego, é uma pessoa competente. Diego tem capacidade para voos mais longos em nosso Brasil, é muito capacitado, é um dos melhores, disparado. Um dos melhores, não é o melhor não, um dos melhores secretários que têm na prefeitura. Nós acompanhamos, sempre elogiado por essa Câmara. Uma pessoa honesta, não veio aqui bater em ninguém não, veio dar explicações e ele conhece do riscado. Então, Babi, soltar, através da prefeitura, explicando a situação. Pode usar a palavra”. Secretária Municipal de Comunicação Fabiana Lopes: “bom dia a todos, presidente José Guedes, prefeito Vítor Penido, todos os vereadores, colegas secretários e ao público presente. Nós estamos acompanhando a reunião desde o início, o Fabrício, nosso jornalista, está ali. E é sim, obviamente, a nossa intenção divulgar a vinda da prefeitura a esta Casa para prestar todos os esclarecimentos e vamos sim produzir uma matéria transparente,



verdadeira, obviamente. E temos sim a intenção de fazer essa divulgação no próximo jornal da prefeitura, além disso, tenho certeza que a TV Banqueta também está cobrindo essa reunião, presta esse papel muito bem, de levar tudo o que acontece aqui. Acho que o Diego esclareceu muito bem todos os fatos, todos puderam fazer as perguntas que ainda tinham dúvidas, então, acho que a comunidade já começa, através da própria divulgação da reunião, a tomar conhecimento de tudo que houve aqui. Mas é importante sim que a gente, nos veículos da prefeitura, repercuta. Obviamente que a Câmara também tem sua estrutura de comunicação e deve usar de seus meios para fazer também a divulgação dessa nossa reunião”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem. Se o senhor puder deliberar com o Plenário, depois de ouvido o vereador Flávio, para que a gente possa, infelizmente, não seguir a pauta, mas encerrar a reunião, respeitada a fala de cada vereador posterior e a gente retoma essa pauta na semana seguinte”. Senhor Presidente: “posteriormente eu vou colocar para o Plenário decidir a proposta do senhor. O Flávio pediu a palavra”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu vou fazer um pronunciamento, mas depois que eu sentir que a Casa volta para a sua soberania, com os dez vereadores. Até então eu vou conter a minha fala”. Senhor Presidente: “com a palavra o Secretário de Meio Ambiente, o senhor Danilo. A vinda dele foi solicitada pelo vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só antes do secretário, que eu estava falando no início da reunião, quando a gente iniciou. Eu já queria agradecer ao Danilo agora. Eu recebi semana passada, na sexta, uma correspondência interna que ele deliberou junto



ao Secretário de Fazenda Walmir, claro que não impede o senhor de prestar qualquer esclarecimento, de qualquer fala, mas que já resolve todo aquele questionamento que eu tinha feito aqui e o qual eu já agradeço. Eu vou lê-lo rápido: ‘Em razão da correspondência interna da Secretaria de Meio Ambiente encaminhada em vinte e dois de agosto à Secretaria Municipal de Fazenda, requerendo o retorno dos processos administrativos de fiscalização ambiental, conforme uma listagem específica, para fins de saneamento da ação fiscal, uma vez que a emissão dos DAMs é de competência desta secretaria. Considerando a reunião no gabinete do prefeito, realizada no dia vinte e quatro de agosto de 2018, cujas deliberações foram no sentido de reanálise dos processos que retornariam da SEMFA - Secretaria de Fazenda, pela comissão de análise processual e caso constatadas nulidades, seriam revistos os atos, bem como, caso identificadas anulabilidades seriam estes convalidados e o processo seguiria o seu curso até decisão administrativa definitiva. Ainda, tendo em vista a nova correspondência interna da Secretaria de Meio Ambiente, encaminhada em dezenove de outubro de 2018, requerendo que nos informasse se os documentos de arrecadação municipal – DAMs foram efetivamente suspensos no sistema do município até a decisão administrativa definitiva. Informamos que os documentos de arrecadação municipal, conforme listagem específica anexa à correspondência interna da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, caso ainda não suspensos, (em **negrito e grifado**) sejam imediatamente suspensos do sistema municipal até que os processos administrativos sejam reencaminhados ao órgão fazendário com decisão saneadora da ação fiscal desta



secretaria, seja para interrupção da suspensão e, portanto, manutenção do crédito, seja para a extinção definitiva do crédito. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição. Danilo Vieira Júnior, Secretário de Meio Ambiente'. Para mim está sanado aquele questionamento em relação às cobranças indevidas, foram suspensas até a análise definitiva da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Agradeço o secretário pela presença, pela deliberação aqui nessa comunicação interna". Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "Presidente, é só para complementar a fala do vereador Tiago. Aproveitar, inclusive, a presença do prefeito aqui. Essa resposta veio da Secretaria de Fazenda?". Vereador Tiago Almeida Tito: "é uma correspondência interna do Danilo, Secretário de Meio Ambiente para o Walmir". Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "então prefeito, solicite também ao secretário de fazenda, porque ele está condicionando pagamentos de débitos agora recentes mediante ao pagamento de débitos já prescritos. Eu tenho aqui cópia de um documento assinado pelo secretário de fazenda, vou disponibilizar para Vossa Excelência, para que ele também não o faça mais dessa forma porque isso é ilegal". Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: "quanto a isso, tanto o Walmir, secretário, como o próprio nosso advogado, o Procurador, têm conhecimento. Apenas a pessoa que vai pedir esse cancelamento, é uma forma de a gente poder receber aquele período que não está prescrito. Então, é uma forma de o sujeito ir à prefeitura. E dentro de um PERT que está rodando aqui dentro, a gente poder fazer um parcelamento. Então, não existe, todos nós sabemos que essa prescrição, depois de cinco anos, é mais do que normal. Então, foi uma atitude do



Walmir e para o lado de receita, de arrecadar, eu acho que é muito importante, que o cara... Você vai passando por cima, você simplesmente notifica, ninguém aparece, então o cara sabendo que ele vai ter esse benefício por não ter pago, infelizmente, ele simplesmente vai lá e faz um plano de acertar o IPTU, já nesses quatro anos que ainda está devendo. A verdade é essa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “prefeito, não foi esse caso não, foram casos prescritos e alguns, inclusive, com defesas já assinadas pela Secretaria de Meio Ambiente, dando ok na defesa, e mesmo assim foi cobrado. O Walmir errou nisso aí, viu, senhor prefeito? Isso aí ele errou e errou feio”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “isso é ilegal”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “ainda que esteja ilegal, eu falei com vocês aqui que errar, nós erramos. A obrigação da gente, quando a gente erra, é corrigir e vou consultar o Walmir, com certeza”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas o Danilo corrigiu, para mim ficou perfeito. Isso aqui a gente pode até entregar aos cidadãos que forem nos procurar aqui. Está suspenso, está resolvido na questão do que era o meu questionamento. É só porque, realmente, houve o equívoco, prefeito. Eu acho que o equívoco maior não foi nem da Secretaria de Meio Ambiente, foi da Secretaria de Fazenda mesmo que emitiu sabendo que tinha prescrição de cinco anos”. Senhor Presidente: “com a palavra o Secretário Danilo”. Secretário de Meio Ambiente Danilo Vieira Júnior: “Presidente José Guedes, prefeito Vítor Penido, diletos vereadores, público presente. Bem, diante de tanto problema aqui hoje apresentado, acho que os da Secretaria de Meio Ambiente tornam-se de menor importância. Mas eu acho que é o momento oportuno para que



possamos aqui dar os esclarecimentos necessários acerca do questionamento aqui feito pelo vereador Tiago Tito. Primeiramente eu gostaria aqui de deixar claro e expressar o meu profundo respeito a essa Casa, em momento nenhum eu me furtei aqui de acolher todos esses questionamentos e de responder, a tempo e a hora, tudo o que esta Casa solicita junto à Secretaria de Meio Ambiente. Fazendo um histórico aqui da situação, nós fomos procurados pelo vereador Tiago Tito, acompanhado de uma assessoria jurídica, no gabinete do prefeito, onde o Tiago colocou a situação de alguns autos de infração que ali estavam, que não estavam formalizados da forma que deveriam. Nós identificamos esse problema, diante de um volume grande de processos que ali se encontravam, que determinados processos, de fato, continham vícios. Esses processos, aprofundando no tema, foram encaminhados diretamente por funcionários da secretaria, sem cumprir a regra que hoje está lá estabelecida, causando esse problema. Imediatamente, Tiago, eu acho que isso não chegou ao seu conhecimento, no dia posterior à nossa reunião, eu já officiei, precisamente no dia vinte e dois de agosto, eu já officiei a Secretaria de Fazenda, pedindo de imediato que esses autos fossem devolvidos. Eu acho que não ficou claro no ofício que foi encaminhado porque, no meu entendimento, quando eu pedi a devolução desse processo, era para extinguir também os seus efeitos, isso é uma coisa que em minha opinião estava implícita, mas, infelizmente, isso não aconteceu. O que nos obrigou a officiar novamente a Fazenda, explicando, que é o que Vossa Senhoria acabou de fazer aqui a leitura, explicando o que deveria ser feito, em termos de cessar os efeitos do recolhimento daqueles processos. Eu acho que ficou





bem esclarecido. A secretaria vem trabalhando nesse sentido para sanar qualquer problema que por ventura ocorra em processo administrativo, eu acho que é uma obrigação nossa, isso é um princípio do Direito Administrativo, que é o princípio da autotutela. O ente público tem, por obrigação, rever os seus atos quando eivados de vício ou uma falha administrativa e isso nós fizemos. Eu gostaria, por final, de deixar claro que o nosso intuito à frente da Secretaria de Meio Ambiente é justamente colocar a casa em ordem. Esses processos são frutos de uma inércia do poder público, eu posso dizer assim. Quando chegamos lá tinham processos parados há dez anos dentro da Secretaria de Meio Ambiente sem nenhuma tramitação. E o que nós tomamos o cuidado foi de sanar tudo isso e dar o devido andamento a esses processos administrativos. Alguns questionamentos foram feitos aqui pelo próprio vereador quanto à prescrição de alguns deles. E eu gostaria também, nesse ponto, de deixar claro que o entendimento da secretaria que foi transmitido nos processos administrativos é o entendimento hoje adotado pelo Estado de Minas Gerais e o entendimento adotado pela procuradoria do município, aqui na pessoa do doutor Antônio, que eu gostaria também de cumprimentar de forma especial, que vem dando todo o apoio à gente nesse sentido. E não só buscamos esse entendimento junto às procuradorias, como transformamos esses entendimentos através de súmulas, que foram aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Ambiental do Município, nosso CODEMA. Então, amparado por todo esse contexto, é que nós adotamos esses procedimentos. Mas a contestação disso é livre, é legítima, inclusive já foi objeto de tribunais deliberarem sobre o tema, já foi



objeto de processos administrativos, de processos judiciais. E eu acho que é muito legítimo aquele que se sentir lesado ou que não concorde com o posicionamento, buscar as esferas competentes para que a justiça seja determinada, estabelecida. No mais, eu estou aqui à disposição para qualquer pergunta que por ventura ainda se faça necessária, algum esclarecimento que ainda não tenha ficado esclarecido pelos senhores, eu estou aqui à disposição. Agradeço a oportunidade de estar aqui hoje fazendo esses esclarecimentos”. Senhor Presidente: “eu quero dizer que essa reunião foi de grande proveito, esclarecedora. Eu tenho certeza que todos os vereadores ficaram satisfeitos com o que foi dito aqui. Nós temos uma reunião agora em Plenário, há solicitação para que transfira para a próxima terça-feira, a solicitação do vereador, eu tenho que colocar para o Plenário decidir. Eu vou colocar em votação para prosseguimento. Antes de colocar em votação, para prosseguimento ou não, eu quero agradecer a presença do doutor Antônio, do Vítor Penido, o prefeito, do Danilo, do Diego, da Babi, todos foram felizes em suas explanações. A Câmara precisava disso. E sempre que o vereador, qualquer que seja, me solicitar, eu convido o prefeito novamente, convido qualquer secretário. É muito bom que esclareça aqui em Plenário. O Vítor solicitou a palavra”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “bem, gente, eu quero agradecer a presença das pessoas que aqui comparecem, os nove vereadores que aqui estão também. E mais uma vez dizer para vocês, para todos os nove vereadores, que eu estou à disposição, qualquer projeto da prefeitura que caia aqui na Câmara, qualquer dúvida que vocês tiverem, é obrigação do prefeito estar aqui com a assessoria para procurar explicar,



mostrar porque nós estamos mandando ou até mesmo ir à prefeitura. Então, fica esse agradecimento por essa oportunidade de praticamente três horas, duas horas e quarenta de reunião aqui. Acredito que ficou muito bem esclarecida essa situação da Casa Rosal. Em momento algum falou-se em fechar a Casa Rosal. Apenas em razão da legislação, eu não tinha como responsabilizar o nosso secretário e também ser responsabilizado, porque é o secretário e o prefeito. E graças a Deus, está aqui o presidente do Conselho e sabe perfeitamente, não só esse conselho, mas os outros conselhos não têm nenhuma interferência do prefeito de Nova Lima, que é Vítor Penido. Quero, José Guedes, aproveitar também a oportunidade para fazer um pedido e um apelo a vocês. Vocês sabem que nós estamos com um número razoável de projetos aqui na Casa, qualquer projeto que vocês tenham dúvida, eu me coloco à disposição de voltar aqui, são projetos de grande interesse do município e deixar isso para ano que vem, por exemplo, a parte habitacional, cria-se um problema onde acaba não dando tempo e nós temos aí, hoje, praticamente algo perto ou um pouquinho mais do que mil apartamentos para serem construídos, depende de autorização daqui da Casa e não só essa parte de apartamentos, como também PERT, que é justamente o parcelamento, nós temos aí também uma entidade que eu presido, que é a Associação dos Municípios Mineradores, que a prefeitura tem uma contribuição. E nós tivemos um ano com muitas atividades de viagens para Brasília, que não tem custado um centavo para a prefeitura, quem paga isso é a associação dos municípios, e eu estou solicitando um acréscimo para essas duas associações, tanto a Granbel quanto a AMIG, justamente para justificar os nossos



gastos. E mais ainda, a AMIG rendeu, o trabalho nosso, por eu ser fundador e agora, a CEFEM, que nós tivemos um aumento na nossa receita de praticamente mais de cinquenta milhões por ano, é um trabalho que foi a AMIG a grande responsável. Eu faço esse apelo para vocês e me coloco à disposição, caso tenham qualquer dúvida a respeito dos projetos, para eu estar aqui com vocês ou mandar os meus secretários dar as devidas explicações. O que eu quero e eu tenho certeza que vocês querem também é que, como já está em dia, está em ordem, daqui dois anos a prefeitura também, ao entregar o mandato nosso, ela esteja igual nós entregamos há quatorze anos atrás: uma cidade organizada, estruturada, praticamente sem dívidas, tinha apenas uma medição da rodovia para ser paga, de dois milhões e pouco, mas, no mais, em uma situação muito boa, vamos dizer assim. Então, isso não é trabalho só do Vítor, é trabalho das nossas assessorias, dos nossos secretários e também, por que não dizer, da aprovação da Câmara Municipal de Vereadores que, sem dúvida nenhuma, participa. Outra coisa que eu quero dizer para vocês, para vocês terem uma ideia, esse ano, só o Estado deixou de repassar dinheiro que é da prefeitura, dos municípios, o geral de Minas Gerais é sete bilhões e meio, Nova Lima está com mais de trinta milhões retidos, que o governo tirou dos municípios para pagar obrigações deles lá. Dinheiro que jamais, isso é crime, para vocês terem ideia, mais de trinta milhões de reais estão, realmente, no governo do Estado. Dificilmente, eu acredito, em razão da situação do Estado, esse dinheiro vai ser realmente pago. Nesse governo, nem se fala, mas nos próximos quatro anos. Eu espero que, pelo menos, a partir de janeiro, eles passem a passar aquilo que é devido para os



municípios, porque senão pode provocar uma crise muito grande, não só em Nova Lima, mas em toda a região metropolitana e, por que não dizer, no Estado de Minas Gerais. Hoje, pelas informações que eu tenho da associação mineira, mais de noventa por cento dos municípios hoje não têm condições de pagar décimo terceiro e uma grande maioria também nem o salário de dezembro, essa que é a verdade. E nós não, nós vamos pagar tudo este ano, até o salário de dezembro que pagaria em janeiro, nós estamos trabalhando para poder pagar no dia vinte e nove de dezembro. Muito obrigado, uma boa tarde para vocês e me coloco sempre à disposição”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “prefeito, aproveitando a fala do senhor, que o senhor se coloca à disposição, duas questões, do PERT, está aqui na pauta o Parecer da Comissão de Serviços Públicos, depois vai ser encaminhado para a Comissão de Orçamento. Enquanto presidente da comissão de orçamento, eu já tenho uma dúvida, quero aproveitar a presença, que a prefeitura disponibilize a relação dos contribuintes devedores para que futuramente, passando o PERT, seja feito o acordo de pagamento, de parcelamento dessas dívidas. Então, eu solicito a Vossa Excelência que nos forneça essa listagem de devedores. E aproveitando também a boa vontade, que depois o senhor ou quem de direito, encaminhe aqui para a Casa, eu acho que até na audiência pública para tratar sobre o projeto chamado a segunda fase da reforma administrativa porque, sinceramente, existem algumas aberrações no projeto que até Freud não explica”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “eu perdi um pouquinho aqui”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “primeiro o PERT e a questão dos quatro



projetos que tratam sobre a chamada segunda etapa da reforma administrativa, existem vários questionamentos, diariamente a gente recebe servidores, já solicitei na semana ou retrasada, se não me engano, a realização de audiência pública. Então, que na audiência pública, o senhor encaminhe a equipe competente para explicar, já que na audiência pública do ano passado, infelizmente, a prefeitura não se fez presente”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “esses projetos são projetos que até mesmo, por exigência do Ministério Público, o prefeito que me antecedeu já está sendo penalizado porque os cargos que tem no município estão totalmente sem cobertura. Eu posso garantir para os funcionários que não existe nenhuma, nada, o que tinha que fazer de cortes já aconteceu, é apenas, vamos dizer assim, que o município não seja penalizado e o prefeito não seja penalizado, porque foi dado um prazo num TAC que foi assinado ou até mesmo uma Ata, e que nós temos um prazo para esse ano, primeiro era apresentar para o Poder Legislativo, depois, é justamente da votação para que a gente regularize a situação. Mas, nisso aí, eu faço questão de encaminhar para cá, de pedir ao secretário de administração, não há necessidade porque dessa parte ele tem total domínio. E também a empresa que é responsável, que foi contratada e que fez essa reforma. Então, é só marcar, vocês marcam aí, que eu estou à disposição para encaminhá-los e, se precisar da minha presença, eu venho, mas eu acredito que não tem necessidade?”. Senhor Presidente: “eu quero agradecer a presença dos convidados”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, é só para fazer uma colocação, tem projetos aqui na Casa de mil e duzentos apartamentos? O prefeito colocou aqui, agora eu até assustei porque é



um valor considerável”. Senhor Presidente: “é o montante, é o total, não é?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas tem? Está na Casa?”. Senhor Presidente: “hein?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “está na Casa? Ele está pedindo o apoio para a gente votar esses projetos. Está na Casa?”. Senhor Presidente: “quatrocentos...”. Senhor prefeito Vítor Penido de Barros: “eu quero explicar. Tem os apartamentos da COHAB que estão praticamente...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas já está aqui na Casa?”. Senhor prefeito Vítor Penido de Barros: “isso não precisa vir para cá não, isso não há necessidade de vir para cá”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não vai alteração de andar?”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “não, isso a lei permite”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ah, tá, porque eu achei que era...”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “não”. Senhor Presidente: “tem um de quatrocentos e pouco e duzentos e pouco; não é isso, Vítor?”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “é, e tem mais”. Vereador Tiago Almeida Tito: “trezentos e quatro”. Senhor Presidente: “trezentos e quatro e um outro”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “é, nós temos algo em torno de mil”. Vereador Tiago Almeida Tito: “em geral, não é?”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “em geral”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não está aqui não, na Casa está o de trezentos e quatro, porque um, infelizmente, nós até perdemos”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “é, trezentos e quatro e tem mais um número aí parece que de trezentos ou quatrocentos. Parece que faltou um documento, que vocês pediram para arquivar, que nós estamos pedindo, inclusive, falta a assinatura sua mais a do Fausto para retornar isso. É, uai. Ou não é verdade?”.



Vereador Tiago Almeida Tito: “falta mais, falta do Álvaro, falta do Silvânio, falta do Flávio”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “não são todos, mas pelo menos tem que ter sete assinaturas, essa que é a verdade, não estou aqui negando ninguém assinar não, mas está faltando você e o Fausto para assinar, para voltar com esse projeto que é de suma importância, não é para mim não, gente, é justamente para resolver o problema dos sem casa em Nova Lima e daquelas pessoas que estão pagando aluguel”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “eu sei, mas na Casa estão trezentos e quatro, não é?”.

Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “aqui”. Vereador Tiago Almeida Tito: “estão aqui, isso”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “e mais os que foram pedidos para arquivar”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, o trezentos e quatro que foi pedido para arquivar, não tem outro não. Tem outro, Senhor Presidente”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “aqueles duzentos e tanto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, aquele perdeu, nós até recebemos...”. Senhor Presidente: “o do zero um?”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “o um”. Senhor Presidente: “não, não perdeu não”.

Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “não perdeu não”. Senhor Presidente: “o senhor, na reunião passada, levantou essa lebre, eu consultei a Caixa Econômica Federal. O senhor não recebeu o documento não?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu recebi, está lá escrito que está suspenso”. Senhor Presidente: “Delma”. Vereador Tiago Almeida Tito: “está aqui”. Senhor Presidente: “está aqui, não tem problema não”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “pode ler a parte que está em negrito, Senhor Presidente. Fechou a portaria, Senhor Presidente. É aquilo que eu falei: está suspenso. Está





suspenso é o que, gente?”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “você esteve comigo lá em Brasília”. Vereador Tiago Almeida Tito: “sim”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “quando a Henriqueta que trabalhou comigo era responsável, era praticamente abaixo do Ministro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ela era secretária nacional, mexia com o faixa um, hoje ela não é mais não”. Senhor Prefeito: “eu sei que não é. Voltamos depois lá, não sei se você voltou comigo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “fui”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “e a pessoa que esta lá até hoje, ela falou que naqueles casos que nós demos entrada, que ela iria liberar”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é, mas aí suspendeu”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “e outra coisa, quanto a isso aqui, em razão dos deputados que foram votados em Nova Lima”. Vereador Tiago Almeida Tito: “nós vamos ter que pedir mesmo, muito a ajuda deles, eu já até pedi ao Diego para nos ajudar lá também. Mas suspendeu, senhor prefeito, e aí...”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “não está cancelado, está suspenso”. Vereador Tiago Almeida Tito: “está suspenso, vai para o próximo governo, se Deus quiser, tomara que ele não acabe com o Minha Casa Minha Vida, que é um programa excepcional, não acredito que vai acabar”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “eu não quero falar isso como papudo não, mas eu tenho uma certa facilidade a Brasília porque o Onyx é meu amigo e, mais ainda, o Ministro da Saúde também é uma pessoa muito ligada a minha pessoa, então isso aí, a gente consegue andar se Deus quiser, falou?”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu vou agradecer a presença. Com a palavra o vereador Flávio”. Vereador Flávio de



Almeida: “é só para eu entender, esse projeto que está faltando assinatura é o projeto que votou nesta Casa e arquivou?”. Senhor Presidente: “sim”. Vereador Flávio de Almeida: “e arquivou por causa daquela discussão lá trás, na sala?”. Senhor Presidente: “arquivou, até o presente momento está arquivado”. Vereador Flávio de Almeida: “é, eu não vou envolver o Executivo porque o Executivo não estava presente, que é até injusto, mas arquivou por causa da discussão lá trás, não é isso?”. Senhor Presidente: “sim, era para ganharmos um tempo para ver o que íamos decidir aqui na Câmara. Pedia-se para não ser votado pela Câmara. Eu, como presidente, achei melhor nós fazermos o arquivamento, mas não tinha nada decidido que sim ou não. Se sete vereadores votarem, ele vai voltar para a pauta”. Vereador Flávio de Almeida: “não, minha discussão não é essa não, então eu estive em outra reunião com os senhores, não foi essa reunião do senhor não, eu estive em outra reunião, mas eu acho que o povo vai ficar sabendo no tempo hábil a discussão lá trás. Eu não estive nessa com o senhor não, eu estive em uma outra reunião com os vereadores antes de votar”. Senhor Presidente: “não, na reunião pedimos o arquivamento. Eu acho que o senhor nem veio nessa reunião”. Vereador Flávio de Almeida: “não, eu estava na reunião, eu votei o arquivamento”. Senhor Presidente: “eu sugeri que fosse ao arquivamento para nós ganharmos tempo, entendeu? Inclusive eu quero dizer aqui, nós temos problema de habitação em Nova Lima, eu pedi isso com o maior carinho, a Câmara votou o arquivamento, mas se sete vereadores concordarem em voltar, eu tenho que voltar com o projeto. É isso que eu estou dizendo ao senhor”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para eu continuar



minha fala, eu fui interrompido algumas vezes pela vossa excelência. Eu estou dizendo que a coisa é um pouco mais séria, o Executivo não participou da reunião, então eu não posso envolver o Executivo, hora nenhuma nisso. A reunião que eu estava lá, que o Álvaro participou, o Fausto participou, outros vereadores participaram, as acusações não são essas não, mas como o senhor disse, os vereadores votam, cabe àquele que não assinar, levar as suas denúncias para frente, com seriedade, com compromisso com o resultado, que este é o papel de cada vereador aqui. Eu não participei dessa reunião com o senhor mesmo não, dessa eu não participei não”. Senhor Presidente: “vereador, não era isso que eu ia falar não, vou falar que eu vou agradecer os convidados, dizer que a reunião foi de grande proveito, principalmente para inocentar as pessoas que realmente são inocentes. Em Nova Lima, eu não canso de dizer isso, o errado é que é o certo, em muitos casos o errado, isso dói demais. Agradecer ao prefeito, ao seu secretariado pelas presenças. E sempre que os vereadores convocarem o prefeito, é minha obrigação solicitar a presença do prefeito e até dos secretários. Então, está encerrada essa primeira parte. Já passou de três horas, eu vou pedir permissão ao Plenário para... Obrigado, Vítor”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “José Guedes, só uma respostazinha rápida para o Flávio. Vereador Flávio, você falou uma coisa aí que eu preocupo: que tem algumas denúncias, eu estou à disposição, se for por parte do Executivo, que vocês nos chame em uma reunião para esclarecer essa parte, é obrigação minha”. Vereador Flávio de Almeida: “por isso que eu afirmei a minha palavra dizendo que o Executivo não participou da reunião”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “eu me coloco à



disposição, se for na nossa parte. Eu tenho certeza que da prefeitura não é, então para que esclareça isso, eu me coloco à disposição até mesmo aqui em plenário, com público e vocês podem me questionar o que vocês quiserem, falo isso em todos os lugares". Vereador Flávio de Almeida: "pode ficar tranquilo". Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: "então é isso aí, muito obrigado, uma boa tarde para vocês e que Deus continue nos iluminando". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente". Senhor Presidente: "tem uma proposta do vereador Álvaro". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente, eu queria só fazer...". Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "Presidente, só para explicar melhor a proposta, só para a gente fazer as deliberações finais, mas a pauta mesmo da reunião que a gente faça na semana que vem, que a gente já estendeu demais". Senhor Presidente: "eu vou colocar para o Plenário decidir a proposta do vereador Álvaro". Vereador Tiago Almeida Tito: "pela ordem, Senhor Presidente. Eu concordo com a deliberação, eu só queria te pedir uma gentileza, Senhor Presidente, que senão vai ficar muito tarde, falta só acho que a assinatura do Kim, do Álvaro e do Coxinha, porque está lá no gabinete do senhor, está com o Leandro o projeto nosso aqui da questão das emendas, se o senhor puder pautar ele também na terça de semana que vem". Senhor Presidente: "o senhor poderia fazer o favor de me procurar na segunda-feira?". Vereador Tiago Almeida Tito: "é claro, sem problema nenhum". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente, questão de ordem". Vereador Tiago Almeida Tito: "é claro". Senhor Presidente: "eu quero conversar com o senhor, segunda-feira". Vereador Tiago Almeida Tito: "claro, sem problema, não tem



problema nenhum não”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor só não esquece das assinaturas deles, se eles quiserem assinar”. Vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, posso? Eu posso fazer uso?”. Senhor Presidente: “eu vou pedir autorização para prosseguir a reunião”. Vereador Flávio de Almeida: “mas é antes de o senhor fazer”. Senhor Presidente: “já passaram mais de três horas e vou colocar a proposta do vereador Álvaro para o Plenário decidir. Pode usar”. Vereador Flávio de Almeida: “é porque eu pedi anteriormente, eu acho que os vereadores estão lembrando, para eu fazer o uso da palavra no justo Plenário...”. Senhor Presidente: “se encerrar a reunião, ele não vai falar”. Vereador Flávio de Almeida: “ele não pode encerrar, se encerrar, eu não vou falar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pessoal, deixa eu explicar de novo: a minha sugestão, ao invés de a gente seguir a pauta que está extensa inclusive, nós já temos pouco mais de três horas de reunião, que a gente delibere para que os vereadores façam as conclusões, cada um que quiser falar e, logo em seguida, a gente encerra a reunião, simples”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, sobre os projetos que estão na pauta na Casa, que falam sobre servidor, eu queria que o senhor convidasse para a próxima terça-feira, de manhã, antes da reunião, o Sindicato, que a gente possa ter uma discussão livre, como a Casa é a casa do povo, então é o papel dessa Casa ouvi-los. Eu gostaria que o senhor convocasse também a Casa Rosal, a direção. Já está convocada? Para que não fique com meias verdades, porque o que ocorreu aqui hoje foi muito danoso ao bom



direito, quem é advogado sabe que o que ocorreu aqui hoje foi algo terrível, onde nós damos amplitude da fala para uma pessoa e ela fica muito à vontade, porque as pessoas vieram preparadas para essa Casa, e a casa atingida nem sabia que o pessoal viria aqui, são acusações e mais acusações. E quando eu disse sobre o Villa Nova, eu recebi uma mensagem anteriormente perguntando sobre o Villa. Eu só perguntei sobre o Villa porque eu quero realmente mostrar que a forma que trata um clube que não aplica na base e sim no profissional, que não tem certidões, ela não é aplicada nas outras, ela não é, sabem por quê? Por que os prefeitos, os prefeitos, não estou sendo injusto aqui não, até a data de hoje, eles pagaram indevidamente. Se você não tem certidão, a Casa Rosal não tem, a outra instituição não tem, ela não pode receber, então você paga indevidamente. Quando eu peço para falar para os senhores e não para a outra mesa é porque eu não considero o ato legal. E dizer, imagina os senhores se eu estivesse encerrado as atividades da creche, com seiscentas e oitenta crianças naquela região? Já imaginaram? Já começaram a perceber? Aí quando faz acusações e naquele momento eu não quis falar porque é um direito meu de vereador eleito, por isso que não falei naquele momento, eu não senti o Plenário, o Plenário tem que ser soberano. Então, Senhor Presidente, nós não fechamos a creche, nós continuamos atendendo de porta aberta, qualquer vereador que quiser ir lá é convidado, que na creche tem que ser convidado, nós não recebemos verba pública, então para ir lá e fiscalizar tem que ser convidado por nós. Então, podem ir lá, podem ficar à vontade, alguns já conhecem. E prestação de conta é algo tão assim, quando eu peço do Villa Nova é por que eu quero confirmar que



dois pesos e uma medida não somam um governo. E quando diz do governo que eu fiz parte, que eu fui secretário, é um pouco mais sério, eu sou militar, eu não tenho a menor condição de formar quadrilha, mas com o decorrer do tempo, nós vamos mostrar onde realmente estão ocorrendo esses erros sim. Então, Senhor Presidente, dizer que das próximas vezes que o Executivo vier, que seja consultado o Plenário, para a gente saber que ele está vindo, nós vamos formular pergunta, nós vamos pegar pasta por pasta, nós vamos mostrar que a pasta às vezes de quem fala muito e tem um discurso amplo não é bem essa pasta, nós vamos provar que outras instituições, que não tem sequer utilidade pública, recebem dinheiro que é passado do governo federal ao município. Então, ou seja, essas coisas tem que ser todas preparadas para a gente mostrar para o povo que essa Casa tem preparo, porque hoje o que ocorreu aqui foi um Deus nos acuda. E eu só me senti assim nos quartéis há muitos anos atrás, não me sentia assim há muitos anos, me senti cerceado no meu direito de vereador eleito, porque para vir nessa Casa e falar quarenta e cinco minutos tem que ter sido eleito, essa é a verdade. Então, dizer que para as próximas vezes, que a gente seja pelo menos avisados, afinal de contas, é um colegiado. E, se puder, para a próxima terça-feira, convidar o Sindicato dos Servidores para vir dar algumas informações, eu vou ficar feliz. Obrigado”. Senhor Presidente: “dizer ao senhor que essas acusações aqui partem de pessoas de dentro da Casa Rosal contra o vereador Zé Guedes”. Vereador Flávio de Almeida: “qual acusação, Presidente?”. Senhor Presidente: “essas acusações aqui”. Vereador Flávio de Almeida: “ah, eu não vi isso não”. Senhor Presidente: “fecharam a Casa Rosal. Ah, você não viu



não?”. Vereador Flávio de Almeida: “não”. Senhor Presidente: “eu mostrei três vezes aqui: fecharam a Casa Rosal e colocam a minha foto”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “não, eu estou com a palavra agora”. Vereador Flávio de Almeida: “aqui”. Senhor Presidente: “eu estou com a palavra, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “então tá”. Senhor Presidente: “eu falei isso aqui três vezes. Então, é justo? Isso aqui partiu de lá, entendeu? Sabe por que o motivo? Porque eu fiz isso aqui: dezessete pastas de irregularidades. Eu não estou citando nome de ninguém aqui. Eu citei alguém lá da Casa Rosal? Não. Então tudo é dirigido, isso não me atinge. Coloca o nome. Aí manda uns bandidos aqui em Nova Lima e umas bandidas colocarem isso aqui. Não é só isso não, é o tempo todo, sabe por quê? Porque eu tive coragem de participar até hoje de seis CPI’s nessa Câmara, então eu sou visado. Aqui em Nova Lima tem que acabar com isso, para uns tudo, para outros nada. Se tiver coisa ilegal aqui, eu não voto, o senhor sabe disso. Se o Villa Nova estiver ilegal, eu não vou votar. Então, tudo que cai aqui, volta depois, a Câmara vota e depois fica... A Câmara também tem culpa. Eu não aceito isso aqui. Eu vou repetir, vou terminar a reunião, atendendo ao pedido do Álvaro, se for votado, nós vamos paralisar, acabar com a reunião hoje. Eu não sei aceitar. A única coisa que eu, José Guedes, fechei aqui em Nova Lima, eu sacrifico a minha vida pela minha cidade, vinte e oito anos aqui correto, a única coisa que eu requeri para fechar foi a zona boêmia e tem motivos para isso, aquela vizinhança não aguentava, as mulheres todas doentes, sem amparo. Pedi, solicitei, eu tenho o requerimento há vinte e oito anos atrás. Agora, ficam uns





candangos aqui, umas candangas me atentando, só porque eu estou agindo? Não vou aceitar, vou continuar da minha maneira, me respeitem”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente”. Senhor Presidente: “o senhor sabe que eu sou um vereador correto, nós conversamos”. Vereador Flávio de Almeida: “eu...”. Senhor Presidente: “eu não estou pedindo para fechar porcaria nenhuma em Nova Lima”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor me permite?”. Senhor Presidente: “me deixa terminar, eu vou terminar. Então, eu não estou pedindo. São covardes, pessoas desonestas. Na prefeitura tem pessoas honestas e desonestas, a Câmara também tem honestos e desonestos. Eu sofro aqui dentro, sofro calado, mas tem um dia que chega ao seu limite. Eu sou cobrado pelos meus filhos”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu não falei sobre isso que o senhor está mostrando no papel”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, eu posso sair?”. Vereador Flávio de Almeida: “porque eu acho que denúncia tem que ter nome em baixo, nessa denúncia contra o senhor não tem nome, então, realmente, isso é um absurdo. Eu disse foi sobre a reunião, foi sobre a maneira que foi falado, que a gente tem que falar... O senhor tem as suas razões e os seus motivos, está certo, mas se a gente deu para o pessoal o amparo legal de uma defesa, que dê para o pessoal também, para não ficar essas coisas de...”. Senhor Presidente: “vereador, eu darei”. Vereador Flávio de Almeida: “é o que eu estou falando com o senhor. Agora, a denúncia que não foi...”. Senhor Presidente: “manda solicitar aqui por escrito”. Vereador Flávio de Almeida: “eu solicitei, como vereador, que eles viessem”. Senhor Presidente: “o senhor solicitou hoje”. Vereador Flávio de Almeida: “pois é, eu estou



solicitando, já solicitei anteriormente”. Senhor Presidente: “para mim não tem problema não”. Vereador Flávio de Almeida: “não”. Senhor Presidente: “para mim não tem problema não”. Vereador Flávio de Almeida: “Zé Guedes, Zé Guedes”. Senhor Presidente: “eu vou colocar”. Vereador Flávio de Almeida: “escuta: nada contra o senhor, essa denúncia sem assinatura em baixo é injusta, ela mexe realmente com a sua família, eu não estou falando disso não, isso aí, o senhor está no caminho certo. Eu estou dizendo que a gente, como deu para o rapaz quarenta e cinco minutos de fala, dá para o pessoal também, como a gente está exigindo as contas do Villa, como eu questionei até hoje que as contas do prefeito de 2003 sumiram nesta Casa”. Senhor Presidente: “vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “são coisas que eu estou falando para o senhor só para... Senhor Presidente, eu vou encerrar, todo mundo está cansado, parece que vocês querem almoçar”. Senhor Presidente: “colocar em votação a proposta do vereador Álvaro para o Plenário votar, se daremos continuidade à reunião ou terminamos. Os vereadores que concordarem com o término da reunião permaneçam como estão. Cinco. Está terminada”. \_\_\_\_\_